

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 628

# Pernambuco: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1985 a 1996

José Romeu de Vasconcelos (coordenador)  
José Raimundo Vergolino

Brasília, fevereiro de 1999



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 628

Pernambuco: Economia, Finanças Públicas e  
investimentos nos  
Anos de 1985 a 1996

*José Romeu de Vasconcelos (coordenador)\**  
*José Raimundo Vergolino\**

Brasília, fevereiro de 1999

---

\* *Consultores da Diretoria de Política Regional e Urbana (DIPRU) do IPEA.*

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria de Estado de Planejamento e Avaliação  
Secretário de Estado: Edward Amadeo



**Presidente**  
*Roberto Borges Martins*

**DIRETORIA**

*Claudio Monteiro Considera*  
*Gustavo Maia Gomes*  
*Hubimaier Cantuária Santiago*  
*Luís Fernando Tironi*  
*Mariano de Matos Macedo*  
*Murilo Lôbo*

O IPEA é uma fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e promover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

**TEXTO PARA DISCUSSÃO** tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 110 exemplares

**COORDENAÇÃO DO EDITORIAL**

**Brasília — DF:**  
SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10<sup>o</sup> andar  
CEP 70076-900  
Fone: (061) 315 5374 — Fax: (061) 315 5314  
E-Mail: editbsb@ipea.gov.br

**SERVIÇO EDITORIAL**

**Rio de Janeiro — RJ:**  
Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14<sup>o</sup> andar  
CEP 20020-010  
Fone: (021) 212 1140 — Fax: (021) 220 5533  
E-Mail: editrj@ipea.gov.br

---

## SUMÁRIO

---

SINOPSE

- 1 INTRODUÇÃO **7**
  - 2 ANÁLISE DO DESEMPENHO RECENTE DA MACROECONOMIA  
DE PERNAMBUCO **8**
  - 3 O SETOR PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO **12**
  - 4 O COMPORTAMENTO DOS INVESTIMENTOS INCENTIVADOS  
NO ESTADO DE PERNAMBUCO **19**
  - 5 DETERMINANTES LOCACIONAIS DOS INVESTIMENTOS  
PRIVADOS EM PERNAMBUCO **23**
  - 6 ALGUMAS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS E DE INFRA-ESTRUTURA **40**
  - 7 CONCLUSÕES **44**
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **46**
-

---

## SINOPSE

---

O estado de Pernambuco participava, em 1970, com aproximadamente 25% do produto regional. Em 1995, alcançou a cifra de 17%, o que configura clara tendência à descentralização espacial do produto interno regional a favor dos estados periféricos de menor nível de renda *per capita*. Uma das razões para essa reorganização espacial da produção regional está fortemente associada ao papel dos investimentos dos agentes privados e públicos.

O principal objetivo deste estudo é investigar os determinantes locacionais dos investimentos privados em Pernambuco e suas principais evidências segundo resultados de pesquisa com trinta empresários no estado.

O trabalho envolve também estudo do comportamento das finanças públicas estaduais no período 1985/1995, com destaque para a análise de alguns indicadores de *performance* das finanças estaduais.

O estudo analisa a evolução dos investimentos incentivados em Pernambuco, com especial destaque para aqueles oriundos dos desembolsos do BNDES, dos fundos de incentivos fiscais (FINOR/SUDENE) e do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), administrado pelo BNB.

---

## ABSTRACT

---

*The state of Pernambuco had, in 1970, approximately 25% of the regional product, in 1985 the state had 17% of the regional product, confirming a strong tendency of spilling in the Domestic Regional Product in favor of the peripheral states with lower per capita income. One reason for these rearrangement in the regional production is strongly associated with the role of the investments of the private and public agents.*

*The main objective of this study relies on the investigation of the local determinant of the private investments in Pernambuco, and on their main evidences presented which were based on the results of a research undertaken with a sample of 30 entrepreneurs in the state.*

*The paper has also a study of the behavior of the state public accounts in the period between 1985 and 1995, with emphasis on the analysis of some indicators of state finance performance.*

*The study analyses the evolution of the incited investments in Pernambuco, with emphasis on investments that come from the spends of BNDES, the fiscal incentives of FINOR/SUDENE, and from the Constitutional Fund of the Northeast Region (FNE), managed by BNB.*



## 1 INTRODUÇÃO

Estudos recentes sobre a dinâmica da economia nordestina apontam a existência de um processo de desconcentração da produção regional, pois os estados periféricos de menor nível de renda *per capita* têm crescido a taxas mais elevadas do que aqueles tradicionalmente mais ricos. Nesse contexto, destaca-se o estado de Pernambuco, que, segundo dados de contas regionais da SUDENE em 1970, detinha 24,6% do produto regional; em 1995, alcançou a cifra de 17,0%, o que indica clara tendência à desconcentração espacial do produto interno regional. Uma das razões para essa rearrumação espacial da produção regional está fortemente associada ao papel dos investimentos dos agentes privados e públicos e a sua relação com o produto interno bruto de cada estado.

O principal objetivo deste trabalho é investigar os principais fatores locais destacados pelos empreendedores, de origem regional e extra-regional, que atualmente realizam investimentos no estado. O estudo divide-se em quatro segmentos. No primeiro, elaborou-se uma análise do comportamento do produto interno bruto do estado, global e setorial, e comparou-se a *performance* da dinâmica da economia local em relação à regional e à nacional. O segundo segmento compreende um estudo do comportamento das finanças públicas estaduais no período 1986/1995, com destaque para a análise de alguns indicadores de *performance* das finanças estaduais. A terceira parte do estudo é uma análise do comportamento dos investimentos incentivados em Pernambuco, com ênfase para aqueles oriundos dos desembolsos do BNDES, dos incentivos fiscais (FINOR/SUDENE) e do Fundo Constitucional do Nordeste, administrado pelo BNB. A quarta parte trata dos determinantes locais dos investimentos privados em Pernambuco; as principais evidências apresentadas nesse capítulo estão embasadas nos resultados de uma pesquisa direta, feita por questionários, com trinta empresários que realizam investimentos em Pernambuco. No capítulo 5, procurou-se descrever o comportamento recente de algumas variáveis demográficas e de infra-estrutura de Pernambuco, com destaque para os níveis de escolaridade da população, o comportamento da população economicamente ativa (PEA) e algumas características dos domicílios das famílias pernambucanas.

---

## 2 ANÁLISE DO DESEMPENHO RECENTE DA MACROECONOMIA DE PERNAMBUCO

Neste capítulo, comenta-se sobre a dinâmica da economia de Pernambuco no período compreendido entre o ano do Plano Cruzado e 1995, fase de consolidação do último plano de estabilização da economia brasileira.

A trajetória da economia de Pernambuco no período 1985/1995 reflete os movimentos da economia nacional e o comportamento dos agentes privados e do setor público do estado. É reflexo da economia nacional por tratar-se de uma unidade político-administrativa inserida no contexto de uma Federação. O tecido produtivo do estado, por razões óbvias, recebe os fluidos positivos e negativos que emanam das decisões tomadas no nível da macroeconomia do país. As políticas nacionais de curto prazo, especialmente aquelas relativas ao controle da inflação, refletiram-se, no passado, sobre o comportamento da economia local. Os indicadores aqui apresentados podem fornecer algumas pistas para se entender o problema.

Os agentes produtivos locais — privado e público — deram uma contribuição positiva à dinâmica econômica do estado, na medida em que apresentaram um comportamento ativo no processo de tomada de decisão dos investimentos em atividades voltadas para a produção de bens e serviços de caráter público e privado.

Os dados apresentados neste capítulo refletem forças endógenas e exógenas à economia local. A tabela 1 apresenta o comportamento das taxas médias anuais de crescimento da economia brasileira, nordestina e pernambucana. Trata-se de uma comparação pertinente, na medida em que a economia pernambucana é parte de uma região localizada no país.

Após analisar os indicadores para o período 1985/1995 constatou-se um fenômeno preocupante: a economia pernambucana cresceu, na média, menos que a economia do Nordeste, que, por sua vez, cresceu menos que a economia brasileira. Os índices de instabilidade apresentaram a mesma relação de simetria. Trata-se de um comportamento extremamente preocupante, na medida em que se tem conhecimento que esse período foi marcado por uma fase de grande instabilidade macroeconômica e obrigou à formulação de uma sucessão de planos de estabilização, que impactaram de várias formas a dinâmica da economia brasileira. Também foi um período definido pelos estudiosos como a *década perdida*. Dessa forma, se a década foi perdida para o Brasil e, em maior grau, para o Nordeste, pior o foi para Pernambuco.

---

**TABELA 1**  
**Brasil e Pernambuco**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento e Índices de Instabilidade**  
**dos Produtos Total, Agropecuário, Industrial e de Serviços**  
**para Diferentes Períodos Compreendidos entre 1985 e 1995**

| País/Região/Estado | Produto      | Período        | Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (%) <sup>1</sup> | Índice de Instabilidade <sup>2</sup> |
|--------------------|--------------|----------------|---|--------------------------------------|
| Brasil             |              |                | 1,5   | 331                                  |
| <b>Nordeste</b>    | <b>Total</b> | <b>1985—95</b> | <b>1,1</b>  | <b>477</b>                           |
| Pernambuco         |              |                | 0,8   | 768                                  |
| Brasil             |              |                | 2,0   | 416                                  |
| <b>Nordeste</b>    | <b>Total</b> | <b>1985—90</b> | <b>1,4</b>  | <b>556</b>                           |
| Pernambuco         |              |                | 2,5   | 501                                  |
| Brasil             |              |                | 2,8   | 172                                  |
| <b>Nordeste</b>    | <b>Total</b> | <b>1990—95</b> | <b>2,2</b>  | <b>286</b>                           |
| Pernambuco         |              |                | 1,2   | 725                                  |
| Brasil             |              |                | 2,6   | 184                                  |
| Nordeste           | Agropecuário | 1985—95        | 2,2   | 253                                  |
| Pernambuco         |              |                | 1,2   | 610                                  |
| Brasil             |              |                | 2,3   | 536                                  |
| Nordeste           | Agropecuário | 1985—90        | 1,8   | 432                                  |
| Pernambuco         |              |                | 1,5   | 538                                  |
| Brasil             |              |                | 4,1   | 72                                   |
| Nordeste           | Agropecuário | 1990—95        | 3,9   | 266                                  |
| Pernambuco         |              |                | 2,6   | 598                                  |
| Brasil             |              |                | 0,1   | 995                                  |
| Nordeste           | Industrial   | 1985—95        | -1,1  | 622                                  |
| Pernambuco         |              |                | -1,2  | 565                                  |
| Brasil             |              |                | 0,5   | 959                                  |
| Nordeste           | Industrial   | 1985—90        | -0,9  | 892                                  |
| Pernambuco         |              |                | -1,0  | 852                                  |
| Brasil             |              |                | 2,4   | 413                                  |
| Nordeste           | Industrial   | 1990—95        | 0,4   | 947                                  |
| Pernambuco         |              |                | -0,1  | 999                                  |
| Brasil             |              |                | 2,4   | 87                                   |
| Nordeste           | Serviços     | 1985—95        | 2,3   | 141                                  |
| Pernambuco         |              |                | 1,8   | 510                                  |
| Brasil             |              |                | 3,2   | 121                                  |
| Nordeste           | Serviços     | 1985—90        | 3,1   | 180                                  |
| Pernambuco         |              |                | 4,6   | 307                                  |
| Brasil             |              |                | 2,9   | 110                                  |
| Nordeste           | Serviços     | 1990—95        | 2,9   | 94                                   |
| Pernambuco         |              |                | 1,6   | 575                                  |

Fonte (dados brutos): Oliveira e Silva *et alii* (1996).

Notas: <sup>1</sup>Taxas calculadas por ajustamentos (mínimos quadrados) de funções exponenciais [ $Y_t = Y_0 \cdot \text{EXP}(gt)$ ] lineares nos logaritmos. Os valores obtidos por esse método geralmente diferem dos calculados como médias das taxas de crescimento observadas.

<sup>2</sup>Os índices de instabilidade são definidos pela fórmula  $I = (1 - R^2) \cdot 1000$ , em que  $R^2$  é o coeficiente de determinação obtido em cada regressão. Os índices variam entre 0 e 1 000, e os valores menores indicam um comportamento mais estável do PIB em relação à sua tendência a longo prazo. Os valores maiores do índice I refletem, ao contrário, alta instabilidade de curto prazo do produto interno, em cada período considerado.

Constata-se, assim, que a dinâmica econômica do estado foi negativa ao longo dos últimos dez anos. Quando se desagrega o período total em subperíodos, verifica-se que o ponto de inflexão da economia de Pernambuco, em termos do comportamento das taxas de crescimento, ocorreu precisamente no período 1990/1995. Com efeito, as taxas de crescimento do produto interno bruto de Pernambuco no período 1985/1990 foram baixas — da ordem de 2,5% a.a. —, mas bastante superiores à média do Nordeste e à do Brasil, mesmo com a elaboração de vários planos de estabilização como Cruzado, Bresser e Verão. Tudo leva a crer que parte desse crescimento tem sua principal explicação no comportamento do setor público, com a criação de políticas anticíclicas para o Nordeste, que beneficiaram, de alguma forma, a economia de Pernambuco no período.

Esse comportamento da economia local, embora menos dramático do que o da economia nacional, sofreu reversão a partir de 1990, que se prolonga até a primeira metade da década atual. Com efeito, durante o período 1990/1995, o produto interno bruto do Brasil passou a crescer acima da média do Nordeste e mais que o dobro do PIB de Pernambuco. Dessa forma, Pernambuco, ao crescer menos que o Brasil e a região Nordeste, seguiu trajetória nitidamente divergente da economia regional, o que fez aumentar o fosso de renda e produto *per capita* do estado frente aos outros. Uma provável explicação para esse comportamento díspar da economia de Pernambuco frente ao Nordeste e ao país pode estar associada ao fraco desempenho de seus setores-chave. O setor açucareiro, por exemplo, entrou numa fase de nítida decadência; a prolongada estiagem provocou forte impacto negativo no comportamento da economia agrícola do Semi-Árido, e isso afetou negativamente o produto interno bruto do estado.

O padrão de crescimento da economia de Pernambuco, no período 1985/1995, pode ser melhor interpretado a partir da análise das taxas de crescimento do produto interno bruto, segundo os grandes setores produtivos: agropecuária, indústria e serviços.

Ao se analisar o setor agropecuário, constata-se, a partir das observações dos indicadores apresentados na tabela 1, que o produto interno bruto do setor cresceu abaixo da média nacional e regional no período 1985/1995. Tal fenômeno se repetiu nos períodos quinquenais, embora a tendência de crescimento do setor, em nível estadual, nos dois subperíodos — 1985/1990 e 1990/1995 —, tenha sido a mesma para a região Nordeste e o Brasil, o que indica que o setor agropecuário estadual, após a grande estiagem de 1990/1992, iniciou um processo lento mas positivo de recuperação.

O segmento manufatureiro, de grande importância na formação do produto interno bruto da economia pernambucana, foi o grande vilão do crescimento da economia estadual. Para o período 1985/1995, o crescimento do setor industrial do Brasil foi extremamente baixo, mas positivo, enquanto no plano regional e estadu-

---

al apresentou-se negativo, com taxa de crescimento estadual maior que a regional. No primeiro subperíodo (1985/1990), a taxa do Brasil apresentou-se positiva, enquanto as do Nordeste e de Pernambuco apresentaram valor negativo. Nesse período, a economia brasileira defrontou-se com três planos de estabilização — Cruzado, Bresser e Verão —, que causaram forte impacto sobre o segmento manufatureiro nacional. O que os números da tabela 1 evidenciam é uma trajetória divergente entre o comportamento da indústria nacional e da regional, o que permite especular sobre a inexistência de interdependência entre a dinâmica industrial estadual e a nacional. Tal assertiva torna-se mais significativa na medida em que se observa o comportamento do mesmo indicador para o período 1990/1995. Constatou-se que o produto industrial do Brasil apresentou uma *performance* positiva, ao crescer a 2,4% a.a., e que a região Nordeste cresceu, embora a taxas menores (0,4% a.a.), enquanto o produto industrial de Pernambuco apresentou taxas de crescimento negativas.

O comportamento do produto do setor serviços apresentou-se, ao longo do período 1985/1995, positivo para Brasil, Nordeste e Pernambuco, com taxas de crescimento da ordem de 2,4%, 2,3% e 1,8% a.a., respectivamente. Essa evolução das taxas do produto do setor serviços, segundo a aludida regionalização, é bastante coerente com o comportamento das taxas de crescimento do PIB do Brasil e do regionalizado. Quando se estratifica por períodos quinquenais, observa-se que, durante a fase 1985/1990, a taxa de crescimento do produto do setor serviços de Pernambuco foi superior às taxas do Brasil e do Nordeste. No quinquênio seguinte — 1990/1995 —, as taxas para as três regiões apresentaram um declínio e igualdade entre o Brasil e o Nordeste, enquanto Pernambuco apresentou taxas abaixo da média regional e nacional.

As estatísticas contidas na tabela 1 sugerem que a *performance* negativa do produto global de Pernambuco pode ser creditada, quase que totalmente, ao comportamento do setor industrial do estado. Os índices de produção negativos da indústria pernambucana agudizaram ainda mais a queda do produto global do estado. A situação não se apresentou mais dramática em função das taxas positivas de crescimento do setor serviços.

Tal evidência merece uma reflexão mais acurada sobre o futuro da economia estadual. A maioria dos teóricos não ortodoxos<sup>1</sup> argumenta que o motor do crescimento de uma determinada região está localizado no seu setor manufatureiro. Por esse setor apresentar, tradicionalmente, níveis de produtividade acima da média dos outros segmentos da economia, tende a alavancar o crescimento econômico da região. Absorve força de trabalho dos setores retardatários e permite, por força das economias de escala estáticas e dinâmicas que lhe são inerentes, impulsionar o crescimento dos outros setores e toda a economia. Nessas circunstâncias,

---

<sup>1</sup> Como, por exemplo, Nicholas Kaldor (1989).

---

o futuro da economia pernambucana não se apresenta nada promissor, pois, na medida em que um setor-chave no processo de crescimento local apresenta um desempenho negativo, a situação tende a se agudizar e a comprometer o futuro da economia local.

### 3 O SETOR PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

#### **3.1 Características Gerais e Inserção na Economia Estadual**

A receita tributária estadual, historicamente, tem correspondido a 8,3% do PIB pernambucano. Em particular, a receita de ICMS, que cobre mais de 95% da receita tributária, situa-se em torno de 7,8% do PIB, proporção superior à que pode ser observada no estado do Ceará (6,4%).

As despesas totais da administração direta do setor público de Pernambuco representam cerca de 14,8% do PIB estadual. Aproximadamente um terço dessas despesas referem-se a gastos com pessoal (4,7% do PIB) e, nos últimos três anos, as despesas de capital (exceto amortizações da dívida pública) caem não só em relação ao PIB, mas também em termos reais.

O governo de Pernambuco abrigava 180 403 servidores,<sup>2</sup> dos quais 117 104 eram funcionários ativos (64,9%); 44 189, inativos (24,5%); e 19 110 (10,6%), trabalhadores de empresas estatais.

Esse contingente de servidores corresponde a cerca de 4,2% da população economicamente ativa estadual.

A estrutura organizacional do setor público estadual é composta de dezenove secretarias de estado ou equivalentes, nove autarquias, nove fundações, sete empresas públicas e oito sociedades de economia mista (quadro 1).

As empresas estatais atuam nas seguintes áreas: armazenagem (CAGEP), financeira (BANDEPE), habitacional (COHAB), de saneamento (COPESA), farmacêutica (LAFEPE), energética (CELPE), editorial (CEPE), controle ambiental e administração de recursos hídricos, extensão rural (EMATER), pesquisa agropecuária (IPA), informática (FISEPE), desenvolvimento econômico (AD-DIPER), industrial-portuário (SUAPE), turismo (EMPETUR) e administração de transportes urbanos (EMTU).

---

<sup>2</sup> Posição em outubro de 1995.

---

**QUADRO 1**  
**Organização Institucional do Setor**  
**Público do Estado de Pernambuco — 1996**

*A) SECRETARIAS DE ESTADO E EQUIVALENTES*

- 1) Administração
- 2) Agricultura
- 3) Educação, Cultura e Esporte
- 4) Fazenda
- 5) Imprensa
- 6) Habitação e Saneamento
- 7) Indústria, Comércio e Turismo
- 8) Justiça
- 9) Planejamento
- 10) Saúde
- 11) Segurança Pública
- 12) Trabalho e Ação Social
- 13) Transportes, Energia e Comunicações
- 14) Governo
- 15) Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
- 16) Casa Militar
- 17) Polícia Militar
- 18) Corpo de Bombeiros
- 19) Secretário Extraordinário

*B) ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA*

*B1) SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA*

- 1) Cia. de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco — CAGEP
- 2) Banco do Estado de Pernambuco — BANDEPE
- 3) Cia de Habitação Popular de Pernambuco — COHAB
- 4) Cia. Pernambucana de Saneamento — COPESA
- 5) Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco — LAFEPE
- 6) Cia. Energética de Pernambuco — CELPE
- 7) Cia. Editora de Pernambuco — CEPE
- 8) Cia. Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e Administração de Recursos Hídricos — CPRH

*B2) EMPRESAS PÚBLICAS*

- 1) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER
- 2) Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária — IPA
- 3) Empresa de Fomento da Informática do Estado de Pernambuco — FISEPE
- 4) Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco — AD—DIPER
- 5) Complexo Industrial e Portuário — EMPETUR
- 6) Empresa Pernambucana de Transportes Urbanos — EMTU

*B3) FUNDAÇÕES*

- 1) Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco — FUNDARPE
- 2) Fundação Universitária de Pernambuco — FESP (PE)

(continua)

(continuação)

- |  |
|--|
| <p>3) Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife — FIDEM</p> <p>4) Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco — HEMOPE</p> <p>5) Fundação de Saúde Amaury de Medeiros — FUSAM</p> <p>6) Fundação da Criança e do Adolescente — FUNDAC</p> <p>7) Fundação Instituto Tecnológico de Pernambuco — ITEP</p> <p>8) Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia — FACEPE</p> <p>9) Fundação de Desenvolvimento dos Municípios do Interior de Pernambuco — FIAM</p> <p><i>B4) AUTARQUIAS</i></p> <p>1) Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco — IPSEP</p> <p>2) Casa do Estudante Pernambucano — CEP</p> <p>3) Conservatório Pernambucano de Música — CPM</p> <p>4) Junta Comercial do Estado de Pernambuco</p> <p>5) Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco — IPEM (PE)</p> <p>6) Instituto de Planejamento de Pernambuco — CONDEPE</p> <p>7) Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN</p> <p>8) Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco — DER</p> <p>9) Departamento de Telecomunicações de Pernambuco — DETELPE</p> |
|--|

Fonte: Secretaria do Estado de Administração.

Com exceção de CELPE, BANDEPE, LAFEPE, CEPE, COPESA, SUAPE, Junta Comercial do Estado de Pernambuco e IPEM, as demais instituições do setor público estadual dependem de transferências de recursos do Tesouro do estado.

No que se refere à indução de investimentos na economia estadual, além do diferimento do ICMS na aquisição de bens de capital (Decreto nº 17514, de 20/5/84), o governo do estado, por meio da Lei nº 11288, de 22/12/95, reestruturou os mecanismos de incentivos fiscais e definiu o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE).

Esse programa caracterizou-se pela presença do estado na concessão de incentivos fiscais para novos empreendimentos industriais, com as seguintes vantagens:

- a) financiamento do valor equivalente do ICMS pertencente ao estado, no montante máximo de 40% e 80%, para atividade produtiva com ou sem similar no estado, respectivamente;
- b) possibilidade de financiamento de 100% do valor do ICMS pertencente ao estado, na hipótese de empreendimento localizado em pólos industriais de setores específicos, passíveis de definição por decreto do Poder Executivo;
- c) financiamento para investimento fixo ou capital de giro, ou ambos cumulativamente;
- d) prazo de até dez anos, com carência de dois anos;
- e) encargos correspondentes à taxa de juros de longo prazo;

f) por ocasião do pagamento, possibilidade de abatimento de 75% do valor financiado, inclusive encargos;

g) percentuais específicos de financiamento e de abatimento, definidos segundo os seguintes quesitos: i) a natureza do projeto (implantação, ampliação ou revitalização); ii) seu enquadramento em setores considerados relevantes e prioritários para a economia do estado; iii) localização geográfica do empreendimento; iv) volume de ICMS já arrecadado pela empresa (na hipótese da ampliação) ou pelo setor, na hipótese de implantação ou revitalização; e v) viabilidade e adequação dos projetos à política industrial do estado.

Dessa forma, o PRODEPE delinea a possibilidade de doação de recursos públicos para o incentivo de novos investimentos no estado com flexibilidade de manejo, pois esta, em grande parte, pode ser especificada por decretos do Poder Executivo. Isso vai muito além de outros mecanismos fiscais, como o do ICMS, sujeitos, no mínimo, a correção monetária e a pagamentos plenos, a exemplo dos existentes em outros estados.

Encontram-se na *carteira* da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo vários projetos de ampliação, implantação e revitalização de empreendimento em Pernambuco, que totalizam US\$ 793 milhões e irão criar 13 mil novos empregos nos setores industrial, comercial e de turismo, a um custo médio de US\$ 61 000 por emprego a ser criado (ver tabela 5).

### **3.2 O Papel do Governo Estadual na Dinâmica Econômica Recente de Pernambuco**

O papel do governo no processo de crescimento econômico de um país ou região é extremamente importante. Sabe-se que em regiões com baixos

níveis de renda *per capita*, como é o caso de Pernambuco, o governo assume inúmeras funções. Em função dos objetivos deste trabalho, será analisado somente um desses papéis: o de investidor.

No contexto da análise, imagina-se o estado de Pernambuco como uma região, com ênfase para o papel do governo local no processo de crescimento do estado a partir de seus indicadores de receita e despesa. Para compor o texto foram utilizadas informações sobre execução orçamentária do estado no período 1986/1995, divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Elaborou-se também um conjunto de índices para seguir algumas pistas sobre a capacidade de investimento do governo estadual e a evolução de seu crescimento.

Um dos índices procura mensurar a razão entre despesa com pessoal e receita corrente, definida por DP/RC. Trata-se de um índice que permite, de forma bastante preliminar, visualizar a capacidade do governo em aplicar recursos na área de custeio e investimento.

---

Um segundo índice, definido como a razão entre investimentos realizados/despesa orçamentária (IR/DO), permite avaliar a participação do investimento realizado pelo governo estadual no total de sua despesa orçamentária.

O terceiro índice, definido como margem de autofinanciamento, representa a soma de receitas correntes e receitas de capital menos despesas correntes e operações de crédito. Esse indicador representa a variável *investimento* do governo estadual.

O quarto indicador, a poupança corrente do governo, representa a diferença entre receita corrente e despesa corrente.

Finalmente, procurou-se quantificar a necessidade de financiamento do governo, que significa o aporte de recursos de terceiros ou o somatório dos investimentos totais com amortizações, deduzida a margem de autofinanciamento.

Após essas considerações, é possível traçar um perfil do comportamento desses indicadores ao longo do período em questão, e tentar captar a capacidade futura do governo no processo de alavancar o crescimento econômico do estado.

A idéia central consiste em aquilatar, à luz dos dados disponíveis, a capacidade do governo local de promover, com algum coeficiente de endogenia, o crescimento do estado.

A tabela 2 apresenta os indicadores básicos previamente definidos.

TABELA 2  
Pernambuco  
Índices da Execução Orçamentária de Pernambuco — 1986/1995

| Índices                        | 1986    | 1987    | 1988    | 1989    | 1990    | 1991   | 1992   | 1993    | 1994    | 1995     |
|--------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|--------|---------|---------|----------|
| I/DO                           | 0,09    | 0,06    | 0,06    | 0,12    | 0,12    | 0,08   | 0,05   | 0,08    | 0,05    | 0,02     |
| MAF                            | 294 175 | 410 268 | 248 655 | 352 753 | 236 340 | 95 345 | 97 346 | 124 382 | 167 622 | 1 397    |
| PCG                            | 238 552 | 183 279 | 42 320  | 320 722 | 214 836 | 82 624 | 78 597 | 13 134  | 139 118 | (12 427) |
| DP/RC                          | 0,40    | 0,39    | 0,42    | 0,32    | 0,37    | 0,37   | 0,33   | 0,37    | 0,28    | 0,35     |
| Índices                        | 1986    | 1987    | 1988    | 1989    | 1990    | 1991   | 1992   | 1993    | 1994    | 1995     |
| (em números-índice — 1986=100) |         |         |         |         |         |        |        |         |         |          |
| I/DO                           | 100     | 67,98   | 68,27   | 126,07  | 130,12  | 81,58  | 51,44  | 83,80   | 48,01   | 18,22    |
| MAF                            | 100     | 139,46  | 84,53   | 119,91  | 80,34   | 32,41  | 33,09  | 42,28   | 56,98   | 0,47     |
| PCG                            | 100     | 76,83   | 17,74   | 134,45  | 90,06   | 34,64  | 32,95  | 5,51    | 58,32   | (5,21)   |
| DP/RC                          | 100     | 95,45   | 103,39  | 78,52   | 91,69   | 91,17  | 82,67  | 90,84   | 69,99   | 87,72    |

Fonte: Ministério da Fazenda — Secretaria do Tesouro Nacional — Balanços Estaduais.

Obs.: I/DO — Investimentos/Despesa Orçamentária; MAF — Margem de Autofinanciamento (em R\$ 1 000 de dez. 95); PCG — Poupança Corrente do Governo (em R\$ 1 000 de dez. 95); e DP/RC — despesa com pessoal / receita corrente.

O indicador despesa com pessoal/receita corrente apresenta uma trajetória levemente decrescente ao longo do período 1986/1995, com pequenas flutuações, o que indica certo controle da folha de pagamento do Executivo pela administração estadual. Quando se observam os quantitativos absolutos das despesas com pessoal, constata-se que apresentaram comportamento decrescente, em termos absolutos (descontada a inflação, variou de R\$ 696 milhões, em 1986, para R\$ 494 milhões em 1994). Contudo, em 1995, os gastos com pessoal explodiram e alcançaram a cifra de R\$ 722 milhões. Tal fenômeno resultou de pródigo aumento de salários no final do governo anterior, no momento da consolidação do plano de estabilização. A isso associou-se um pequeno aumento dos salários a título de recomposição, dado pela atual administração. As receitas correntes (RC) também apresentaram flutuações erráticas, apesar de terem crescido 40%, aproximadamente, em termos reais, no período de 1993 a 1996 — fase de queda significativa dos índices de inflação.

O aludido índice cresceu a partir de 1994, sem, contudo, configurar uma tendência. Com as políticas implementadas pela atual administração para diminuir gastos com pessoal, especialmente após a criação de um Plano de Demissão Voluntária, é possível imaginar que este indicador venha a apresentar comportamento decrescente no futuro.

A razão investimento/despesas orçamentárias representa um segundo indicador apropriado para avaliar a *performance* das contas públicas e da capacidade de alavancagem, de caráter endógeno, do governo estadual na promoção do crescimento econômico. Os dados apresentados na tabela 2 e no gráfico 1 mostram tendência fortemente decrescente do índice a partir de 1990, com o patamar mais baixo em 1995. Trata-se de uma situação bastante desconfortável, pois indica a incapacidade do governo estadual atual de promover, com recursos próprios, um movimento de alavancagem do crescimento do estado, de forma auto-sustentada.

Esse indicador apresenta a mesma tendência do conceito de margem de autofinanciamento, considerado uma variável *proxy* para o investimento total. A margem de autofinanciamento comporta-se de forma errática no período que precede a revisão e promulgação da nova Constituição (1986/1988). Em 1989/1991, essa margem declina abruptamente, fase que coincide exatamente com as mais elevadas taxas de inflação já vivenciadas pela sociedade brasileira. No período 1991/1994, ocorreu uma reversão da tendência, para voltar a declinar, novamente, em 1995. Nesse ano, praticamente desapareceu a capacidade de investir do governo estadual, em função do incremento significativo das despesas correntes e da relevante queda das receitas de capital.

O indicador poupança corrente do governo apresenta comportamento instável ao longo do período 1986/1995. No período que precede a promulgação da Constituição, verifica-se forte queda no índice da poupança, o que coincide com a queda dos índices de inflação.

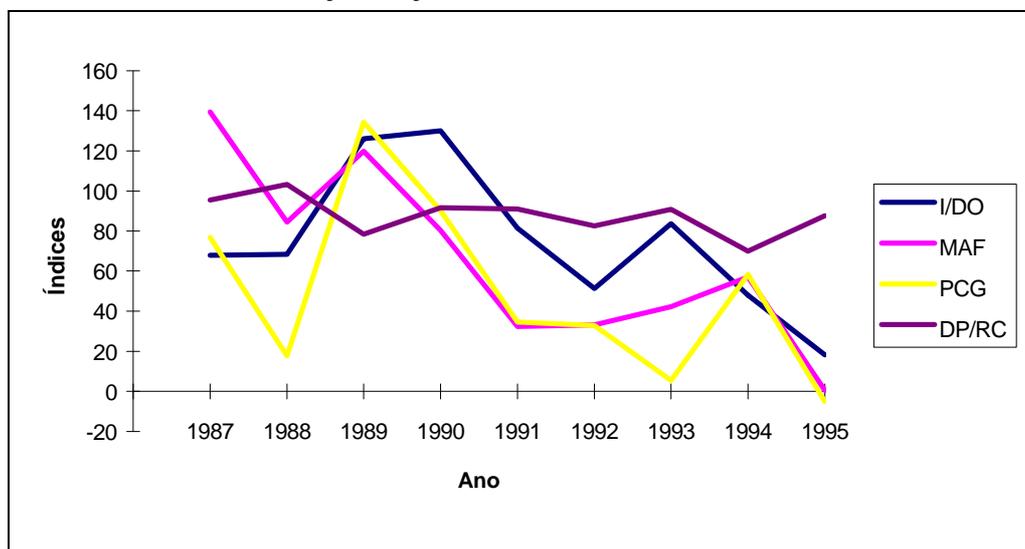
**TABELA 3**  
**Pernambuco**  
**Execução Orçamentária de Pernambuco — 1986 a 1995**

(Em R\$ 1.000 de dezembro de 1995)

|   | 1986      | 1987      | 1988      | 1989      | 1990      | 1991      | 1992      | 1993      | 1994      | 1995      |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <i>Receitas por categoria econômica</i> | 6 501 909 | 6 237 082 | 5 301 106 | 5 421 188 | 6 424 138 | 5 614 857 | 5 644 691 | 5 587 859 | 6 434 889 | 7 405 274 |
| Receitas correntes                      | 1 722 451 | 1 419 269 | 1 282 538 | 1 553 547 | 1 717 131 | 1 534 709 | 1 517 362 | 1 439 496 | 1 745 888 | 2 035 335 |
| Receita tributária                      | 1 164 189 | 969 362   | 798 598   | 917 254   | 1 087 702 | 999 080   | 908 498   | 810 941   | 1 095 883 | 1 290 972 |
| Transferências correntes                | 463 490   | 397 184   | 413 692   | 341 513   | 542 546   | 466 829   | 438 154   | 487 063   | 503 299   | 658 643   |
| Participação na receita da União        | 433 497   | 361 492   | 314 882   | 316 708   | 524 150   | 466 212   | 434 846   | 484 282   | 503 044   | 653 168   |
| Cota-parte do fundo de participação     | 332 161   | 261 624   | 241 052   | 279 878   | 445 563   | 377 834   | 377 743   | 419 453   | 433 209   | 558 681   |
| Receitas de capital                     | 221 253   | 469 849   | 322 671   | 152 926   | 129 972   | 78 701    | 95 291    | 169 044   | 139 625   | 57 902    |
| Operações de crédito                    | 165 630   | 242 860   | 116 336   | 120 895   | 108 468   | 65 980    | 76 542    | 57 796    | 111 121   | 44 078    |
| Transferências de capital               | 55 534    | 226 323   | 206 128   | 31 994    | 21 503    | 12 102    | 183 602   | 111 244   | 17 307    | 13 257    |
| Receita orçamentária                    | 1 943 704 | 1 889 119 | 1 605 209 | 1 706 473 | 1 847 103 | 1 613 410 | 1 612 653 | 1 608 540 | 1 885 513 | 2 093 238 |
| <i>Despesas por categoria econômica</i> | 7 585 983 | 6 310 582 | 6 026 883 | 6 121 005 | 6 820 477 | 6 201 861 | 6 019 299 | 6 130 863 | 6 794 096 | 8 114 277 |
| Despesas correntes                      | 1 483 899 | 1 235 990 | 1 240 218 | 1 232 825 | 1 502 295 | 1 452 085 | 1 438 765 | 1 426 362 | 1 606 770 | 2 047 762 |
| Despesas de custeio                     | 768 911   | 613 228   | 599 560   | 572 900   | 728 098   | 660 756   | 616 304   | 613 518   | 634 139   | 850 150   |
| Pessoal                                 | 696 548   | 547 842   | 536 208   | 493 310   | 636 706   | 565 844   | 507 291   | 528 829   | 494 124   | 722 024   |
| Transferências correntes                | 714 987   | 622 761   | 640 657   | 659 924   | 774 196   | 791 328   | 822 461   | 812 844   | 972 631   | 1 197 611 |
| Transferências intragovernamentais      | 205 488   | 219 641   | 249 597   | 215 702   | 242 453   | 236 326   | 218 024   | 295 330   | 313 425   | 377 885   |
| Transferências intergovernamentais      | 249 459   | 203 924   | 173 030   | 240 067   | 269 665   | 253 837   | 237 934   | 206 642   | 282 638   | -         |
| Encargos da dívida interna              | 30 937    | 6 915     | 25 695    | 21 216    | 47 622    | 55 796    | 108 323   | 26 059    | 80 223    | 64 207    |
| Encargos da dívida externa              | 47 863    | 33 103    | 23 319    | 8 735     | 554       | 1 214     | 2 586     | 4 070     | 2 735     | 8 341     |
| Despesas de capital                     | 544 403   | 442 391   | 359 165   | 418 937   | 341 721   | 236 242   | 194 434   | 237 595   | 228 213   | 220 289   |
| Investimentos                           | 191 502   | 107 727   | 103 094   | 196 604   | 226 537   | 130 035   | 79 319    | 131 652   | 83 175    | 39 014    |
| Transferências de capital               | 312 373   | 299 564   | 239 015   | 204 928   | 103 762   | 65 615    | 80 486    | 94 092    | 130 675   | 159 472   |
| Transferências intragovernamentais      | 191 495   | 210 374   | 143 640   | 105 910   | 76 449    | 36 247    | 50 956    | 60 001    | 108 494   | 90 323    |
| Transferências intergovernamentais      | 566       | 1 913     | -         | 2 247     | 25        | 811       | 3 121     | 1 450     | 2 633     | 2 612     |
| Amortização da dívida interna           | 57 235    | 8 366     | 27 393    | 49 289    | 24 881    | 27 398    | 26 095    | 28 461    | 19 237    | 49 999    |
| Amortização da dívida externa           | 62 015    | 78 462    | 66 908    | 46 649    | 1 497     | -         | -         | -         | -         | 16 537    |
| Despesa orçamentária                    | 2 028 302 | 1 678 381 | 1 599 384 | 1 651 762 | 1 844 016 | 1 688 327 | 1 633 200 | 1 663 958 | 1 834 984 | 2 268 051 |
| <i>Despesa por função</i>               | 2 028 297 | 1 678 375 | 1 599 376 | 1 651 756 | 1 844 010 | 1 688 321 | 1 633 193 | 1 663 949 | 1 834 974 | 2 268 043 |
| Legislativa                             | 19 519    | 21 711    | 24 157    | 25 794    | 29 687    | 30 937    | 34 051    | 33 223    | 35 700    | 57 812    |
| Judiciária                              | 52 953    | 49 277    | 50 430    | 57 245    | 65 126    | 65 188    | 62 108    | 79 882    | 67 449    | 126 311   |
| Administração e planejamento            | 310 154   | 217 848   | 246 291   | 246 744   | 220 677   | 201 532   | 255 525   | 177 711   | 270 147   | 285 999   |
| Agricultura                             | 125 971   | 182 822   | 52 409    | 95 801    | 89 922    | 56 089    | 43 455    | 195 186   | 84 175    | 60 349    |
| Comunicações                            | 2 611     | 2 852     | 5 018     | 5 965     | 6 436     | 4 763     | 4 058     | 2 889     | 3 675     | 3 895     |
| Defesa nacional e segurança pública     | 150 366   | 148 857   | 172 600   | 158 906   | 191 216   | 192 426   | 174 697   | 164 389   | 167 133   | 236 524   |
| Desenvolvimento regional                | 278 086   | 226 658   | 222 355   | 266 216   | 274 822   | 258 822   | 240 845   | 213 788   | 299 761   | 362 566   |
| Educação e cultura                      | 431 574   | 310 504   | 262 965   | 241 689   | 316 274   | 270 314   | 218 307   | 231 480   | 234 159   | 331 348   |
| Energia e recursos minerais             | 27 822    | 18 606    | 11 502    | 18 330    | 10 280    | 12 419    | 11 172    | 8 487     | 13 321    | 373       |
| Habitação e urbanismo                   | 51 816    | 50 541    | 48 465    | 93 965    | 124 957   | 52 512    | 33 949    | 24 136    | 52 833    | 23 367    |
| Indústria, comércio e serviços          | 23 222    | 28 294    | 18 245    | 13 814    | 15 552    | 40 960    | 44 512    | 19 058    | 27 033    | 21 035    |
| Relações exteriores                     | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         |
| Saúde e saneamento                      | 166 052   | 158 154   | 209 356   | 145 233   | 171 753   | 185 063   | 172 746   | 156 985   | 162 787   | 189 876   |
| Trabalho                                | 2 178     | 1 554     | 1 303     | 1 399     | 14 017    | 11 821    | 13 037    | 14 551    | 17 991    | 24 897    |
| Assistência e previdência               | 202 681   | 181 364   | 189 861   | 197 536   | 237 589   | 264 518   | 277 773   | 303 868   | 332 213   | 461 670   |
| Transportes                             | 183 292   | 79 333    | 84 419    | 83 119    | 75 702    | 40 957    | 46 958    | 38 316    | 66 597    | 82 021    |

Fonte: Ministério da Fazenda — Secretaria do Tesouro Nacional — Balanços Estaduais.

GRÁFICO 1  
Índices da Execução Orçamentária — Pernambuco — 1986/1995



Obs.: I/DO — Investimento / Despesa Orçamentária; MAF — Margem de Autofinanciamento; PCG — Poupança Corrente do Governo; DP/RC — Despesa de Pessoal / Receita Corrente.

#### 4 O COMPORTAMENTO DOS INVESTIMENTOS INCENTIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Neste tópico são apresentadas algumas considerações sobre o comportamento dos recursos para investimento privado oriundos de órgãos de fomento do governo federal, como é o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos incentivos fiscais (FINOR/SUDENE) e dos fundos constitucionais, como FNE/BNB.

Em relação aos recursos do BNDES, foram considerados somente os desembolsos para anos selecionados e direcionados aos empreendimentos instalados em Pernambuco. Trata-se de recursos efetivamente investidos e originados da carteira do banco. Informações sobre o montante de recursos próprios dos capitalistas não estão disponíveis ao público externo. Com relação aos recursos do FINOR/SUDENE, também foi adotado idêntico procedimento, isto é, foram agregados somente os recursos efetivamente liberados pela SUDENE, pelo sistema 34/18 e FINOR/Debêntures. Quanto ao FNE, procurou-se levantar o volume de recursos liberados aos empresários somente para o período 1994/1996, sem contar com informações sobre a contrapartida dos próprios empresários.

As informações relativas aos desembolsos dessas três fontes para os empreendimentos privados alocados em Pernambuco são apresentadas na tabela 4.

**TABELA 4**  
**Pernambuco**  
**Financiamento de Investimentos pelas Agências Oficiais — 1990/1996**

| Ano  | FINOR  | BNDES   | FNE     | Total          | PIB     | (Em US\$ 1 mil) |
|------|--------|---------|---------|----------------|---------|-----------------|
|      |        |         |         |                |         | Total/PIB(%)    |
| 1990 | 33 289 | 47 103  | 48 505  | <b>128 897</b> | 11 999  | <b>1,07</b>     |
| 1991 | 54 709 | 88 276  | 222 342 | <b>365 327</b> | 12 907  | <b>2,83</b>     |
| 1992 | 70 323 | 116 216 | 75 149  | <b>261 958</b> | 12 687  | <b>2 06</b>     |
| 1993 | 30 487 | 111 209 | 57 494  | <b>199 190</b> | 13 181  | <b>1,51</b>     |
| 1994 | 37 618 | 85 075  | 55 050  | <b>177 743</b> | 14 316  | <b>1,24</b>     |
| 1995 | 77 221 | 175 070 | 74 714  | <b>327 005</b> | 15 579  | <b>2,10</b>     |
| 1996 | 75 847 | 142 278 | 96 699  | <b>314 824</b> | 16 453* | <b>1,91</b>     |

Fonte: BNDES. Relatórios Anuais; FINOR. Relatórios do Conselho Deliberativo. Diversos números; e FNE. Relatórios Semestrais. BNB —DERIM. Diversos números.

Nota: <sup>1</sup>Estimado pelo autor, supondo-se uma taxa de crescimento de 3,3% ao ano. Fonte: PIB de Pernambuco em milhões de dólares, disponível em Oliveira e Silva *et alii* (1996).

É de conhecimento público que os recursos para investimentos em atividades produtivas de caráter privado no Nordeste derivam-se, fundamentalmente, dessas fontes. É evidente que a simples explicitação desses números não diz muito. Mais importante é a comparação desses indicadores com uma variável macroeconômica significativa, como o produto interno bruto de Pernambuco.

Ao comparar-se o valor dos desembolsos dessas fontes com o PIB do estado, usando-se a razão investimento/produto, verifica-se que varia de 2,83%, em 1991, a 1,07%, em 1990, período de maior redução. Observa-se queda bastante significativa, em 1993 e 1994, nos investimentos incentivados. Houve rápida recuperação em 1995 e 1996. Em relação ao comportamento do PIB estadual constata-se um crescimento lento, porém persistente, que pode ser resultado de outras forças que não os investimentos de origem privada, exceto em relação ao ano de 1992, provavelmente devido ao efeito da estiagem que afetou a economia do estado.

Supondo-se que os recursos oriundos dos capitalistas represente a metade dos recursos aportados pelos fundos, chega-se, em 1996, a uma relação investimento/produto da ordem de 3,8%. Tal quantitativo, embora aparentemente pequeno, não se apresenta bastante diferente da média nacional. Importante contribuição nessa área foi dada por Vasconcelos (1997), que mapeou as fontes de financiamento segundo as agências oficiais, e encontrou, para o período 1990/1994, um percentual da ordem de 5,7% em relação ao PIB nacional. No coeficiente estimado pelo autor, estão incluídos

os recursos da Caixa Econômica, enquanto, para o caso de Pernambuco, não consta essa fonte. Por essas evidências, conclui-se que a principal explicação para o reduzido crescimento do PIB do estado, durante o período 1985/1995, estaria correlacionado à *performance* das finanças públicas estaduais.

Não se pode deixar de registrar o esforço do governo federal para ampliar o estoque de capital social básico do estado de Pernambuco com alocação de recursos do orçamento federal. Para o ano de 1977, o governo alocou R\$ 284 milhões para investimentos no estado (ver tabelas 24 e 25 no capítulo 5), o que corresponde, aproximadamente, a US\$ 269 milhões. Supondo-se que os desembolsos dos órgãos de fomento para o ano de 1977 sejam idênticos aos recursos de 1976, ter-se-ia então um total de US\$ 583 bilhões de investimentos para as citadas duas fontes. Se a taxa de crescimento do PIB para 1977 fosse de 3%, o PIB seria da ordem de US\$ 16,946 bilhões. A razão investimento/produto para Pernambuco, em 1977, seria então de 3,44%, ainda considerada baixa para as necessidades do estado e aquém da média nacional.

Mesmo diante de um panorama razoavelmente desconfortável em relação aos indicadores macroeconômicos de curto prazo da economia pernambucana, ainda assim é possível observar, pelas informações constantes da tabela 5, que os investimentos de origem privada continuam aportando em Pernambuco, atraídos pelo sistema de incentivos fiscais e oriundos dos esquemas do 34/18 e FINOR/Debêntures. Os investimentos são significativos e concentram-se fundamentalmente no segmento manufatureiro. O setor agrícola apresenta uma participação modesta, da ordem de 2,46% em relação ao total, secundado pelo setor turismo, que tem participação da ordem de 3,76%. As intenções e decisões de investimento de origem manufatureira representam, aproximadamente, 93,78% do total dos investimentos realizados e planejados pelos industriais locais e extra-regionais para o estado, até o ano 2000.

Trata-se de aporte significativo de empreendimentos, que deve, contudo, ser analisado com bastante cautela, pois grande parte desses investimentos depende de recursos dos órgãos de fomento regionais e nacionais. Evidentemente, o efeito multiplicador desses projetos será significativo, mas em um horizonte temporal de médio e longo prazos, dado que dependem dos recursos do FINOR e, em função dos regulamentos internos do fundo, são fornecidos de forma homeopática aos empresários que estão executando projetos no âmbito da SUDENE.

A tabela 6 apresenta o total de investimentos privados em Pernambuco, com apoio do governo estadual por meio do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE) e referentes a 1996 e 1997. Tais empreendimentos, uns em fase de expansão e outros em implantação, deverão certamente oxigenar o ambiente econômico do estado. Observe-se que os investimentos apresentam um leque

bastante diversificado, que envolve tanto os setores tradicionais quanto aqueles de maior densidade tecnológica.

**TABELA 5**  
**Pernambuco**  
**Indicadores de Investimento — 1995/2000**  
**Levantamento de Oportunidades, Intenções e Decisões**  
**de Investimento em Pernambuco**

| Atividade  | Proj./est.  | Us\$ (milhões) | Fonte    |
|--|-------------|----------------|----------|
| 01 Carcinocultura marinha                                | Projeto     | 28,3           | SUDENE   |
| 02 Manga, uva, feijão e vinho                            | Projeto     | 10,0           | SUDENE   |
| 03 Fiação e tecelagem de algodão                         | Implantação | 43,0           | SUDENE   |
| 04 Fiação e tecelagem de algodão                         | Implantação | 50,5           | SUDENE   |
| 05 Fita-rafia de polipropileno                           | Implantação | 25,6           | SUDENE   |
| 06 Fiação e tecelagem de algodão                         | Implantação | 30,3           | SUDENE   |
| 07 Fiação e tecelagem de algodão                         | Implantação | 38,7           | SUDENE   |
| 08 Têxtil  | Implantação | 15,8           | SUDENE   |
| 09 Fiação de fibras artificiais e sintéticas             | Execução    | 51,8           | SUDENE   |
| 10 Fiação e tecelagem de algodão                         | Execução    | 39,4           | SUDENE   |
| 11 Fiação e tecelagem de algodão                         | Execução    | 38,7           | SUDENE   |
| 12 Fibras têxteis vegetais                               | Execução    | 31,0           | SUDENE   |
| 13 Peças para vestuário                                  | Execução    | 14,3           | SUDENE   |
| 14 Meias, malhas e retalhos                              | Execução    | 25,0           | SUDENE   |
| 15 Jaquetas acabadas — couro                             | Projeto     | 11,6           | SUDENE   |
| 16 Embalagens de polipropileno                           | Projeto     | 16,5           | Gazeta   |
| 17 Produtos farmacêuticos                                | Execução    | 12,2           | SUDENE   |
| 18 Detergente em pó                                      | Implantação | 15,5           | SUDENE   |
| 19 Selador, verniz e tintas                              | Projeto     | 39,9           | SUDENE   |
| 20 Petroquímica  | Projeto     | 17,8           | SUDENE   |
| 21 Poliéster, filme e fibra                              | Projeto     | 131,0          | SUDENE   |
| 22 Adubos e fertilizantes                                | Execução    | 53,8           | SUDENE   |
| 23 Recondicionamento de pneumáticos                      | Execução    | 17,2           | SUDENE   |
| 24 Recondicionamento de pneumáticos                      | Execução    | 14,3           | SUDENE   |
| 25 Embalagens injetáveis de polietileno                  | Execução    | 39,1           | SUDENE   |
| 26 Garrações de água mineral                             | Projeto     | 10,1           | SUDENE   |
| 27 Artefatos plásticos                                   | Execução    | 17,1           | SUDENE   |
| 28 Cal virgem e hidratada                                | Execução    | 22,1           | SUDENE   |
| 29 Artefatos de porcelana                                | Execução    | 11,0           | SUDENE   |
| 30 Ladrilhos   | Execução    | 43,6           | SUDENE   |
| 31 Artefatos de cimento                                  | Execução    | 30,3           | SUDENE   |
| 32 Ornatos de gesso                                      | Execução    | 24,9           | SUDENE   |
| 33 Peças de gesso  | Execução    | 55,1           | SUDENE   |
| 34 Laminados de metais                                   | Execução    | 78,1           | SUDENE   |
| 35 Estruturas metálicas                                  | Execução    | 16,0           | SUDENE   |
| 36 Corte de metais (chapas)                              | Execução    | 178,7          | SUDENE   |
| 37 Aparelhos elétricos/uso doméstico                     | Execução    | 33,8           | SUDENE   |
| 38 Material elétrico para veículos                       | Execução    | 36,1           | SUDENE   |
| 39 Material elétrico para veículos                       | Execução    | 18,8           | SUDENE   |
| 40 Componentes eletrônicos e tubos                       | Execução    | 50,0           | Correios |
| 41 Seringas e agulhas hipodérmicas                       | Execução    | 16,9           | SUDENE   |
| 42 Construção de embarcações                             | Execução    | 12,6           | SUDENE   |
| 43 Móveis de madeira                                     | Execução    | 20,2           | SUDENE   |
| 44 Móveis de madeira, vime e junco                       | Execução    | 11,2           | SUDENE   |
| 45 Guadalupe Hotel Fazenda                               | Execução    | 12,0           | EMBRATUR |
| 46 Manguinhos Hotel                                      | Execução    | 10,0           | EMBRATUR |
| 47 Centro de Turismo Integrado Guadalupe (Costa Dourada) | Execução    | 12,6           | EMBRATUR |
| 48 Prodetur — Tamandaré Hotel                            | Execução    | 24,0           | EMBRATUR |
| <b>Total</b>   |             | <b>1 556,5</b> |          |

Fonte: MICT.

**TABELA 6**  
**Pernambuco**  
**Programa de Desenvolvimento de Pernambuco**  
**— PRODEPE — Projetos Aprovados**  
**1996 e 1997**

|                        | Investimento<br>(US\$)<br>1996 | Emprego<br>1996 | Investimento<br>(US\$)<br>1997 | Emprego<br>1997 | Investimento<br>em %<br>1996 | Emprego (%)<br>1996 | Investimento em<br>%<br>1997 | Emprego (%)<br>1997 |
|------------------------|--------------------------------|-----------------|--------------------------------|-----------------|------------------------------|---------------------|------------------------------|---------------------|
| Alimentos              | 114 916 651                    | 658             | 30 606 512                     | 545             | 26,2                         | 8,4                 | 8,7                          | 11,1                |
| Bebidas                | 56 386 596                     | 261             | 73 838 323                     | 735             | 12,8                         | 3,3                 | 20,9                         | 14,9                |
| Borracha               | -                              | -               | 1 360 000                      | 68              | 0,0                          | 0,0                 | 0,4                          | 1,4                 |
| Calçados               | 19 076 822                     | 2 024           | 30 076 947                     | 611             | 4,3                          | 25,7                | 8,5                          | 12,4                |
| Confecção              | -                              | -               | 55 673                         | 18              | 0,0                          | 0,0                 | 0,0                          | 0,4                 |
| Couros e peles         | -                              | -               | 7 439 499                      | 208             | 0,0                          | 0,0                 | 2,1                          | 4,2                 |
| Diversos               | -                              | -               | 30 961 844                     | 614             | 0,0                          | 0,0                 | 8,8                          | 12,5                |
| Indústrias diversas    | -                              | -               | 1 766 677                      | 73              | 0,0                          | 0,0                 | 0,5                          | 1,5                 |
| Material elétrico      | 14 944 875                     | 757             | 27 444 200                     | 185             | 3,4                          | 9,6                 | 7,8                          | 3,8                 |
| Mecânica               | 14 236 344                     | 463             | 10 798 582                     | 206             | 3,2                          | 5,9                 | 3,1                          | 4,2                 |
| Metalurgia             | 8 677 000                      | 808             | 1 070 483                      | 12              | 2,0                          | 10,3                | 0,3                          | 0,2                 |
| Minerais não metálicos | 37 974 377                     | 776             | 28 843 745                     | 547             | 8,6                          | 9,9                 | 8,2                          | 11,1                |
| Papel                  | 11 514 000                     | 74              | 14 859 000                     | 144             | 2,6                          | 0,9                 | 4,2                          | 2,9                 |
| Plástico               | 62 072 198                     | 191             | 20 115 627                     | 513             | 14,1                         | 2,4                 | 5,7                          | 10,4                |
| Química                | 48 780 915                     | 318             | 1 844 661                      | 36              | 11,1                         | 4,0                 | 0,5                          | 0,7                 |
| Têxtil                 | 50 657 620                     | 1 533           | 72 476 791                     | 407             | 11,5                         | 19,5                | 20,5                         | 8,3                 |
| <b>Total</b>           | <b>439 237 398</b>             | <b>7 863</b>    | <b>353 558 564</b>             | <b>4 922</b>    | <b>100,0</b>                 | <b>100,0</b>        | <b>100,0</b>                 | <b>100,0</b>        |

Fonte: SICT/PE.

## 5 DETERMINANTES LOCACIONAIS DOS INVESTIMENTOS PRIVADOS EM PERNAMBUCO

O objetivo principal deste capítulo é a apresentação e a análise dos resultados da pesquisa com empresários que investiram em Pernambuco. A pesquisa serviu de base para a exploração de aspectos não disponíveis em fontes secundárias de dados como opiniões, motivações e dificuldades enfrentadas pelos investidores no processo de tomada de decisões.

### 5.1 A Metodologia da Pesquisa

Para obter as informações junto aos empresários aplicou-se questionário com perguntas sobre determinantes locais dos investimentos, e outro conjunto de questões sobre os principais obstáculos enfrentados pelos empresários para realizar negócios em Pernambuco.

Em primeiro lugar, procurou-se levantar o número de firmas que realizaram ou estão realizando investimentos no estado. A Secretaria de Indústria e Comércio de Pernambuco forneceu uma relação com o número de empresas regionais ou extra-regionais que receberam benefícios fiscais do governo estadual, por intermédio do PRODEPE.

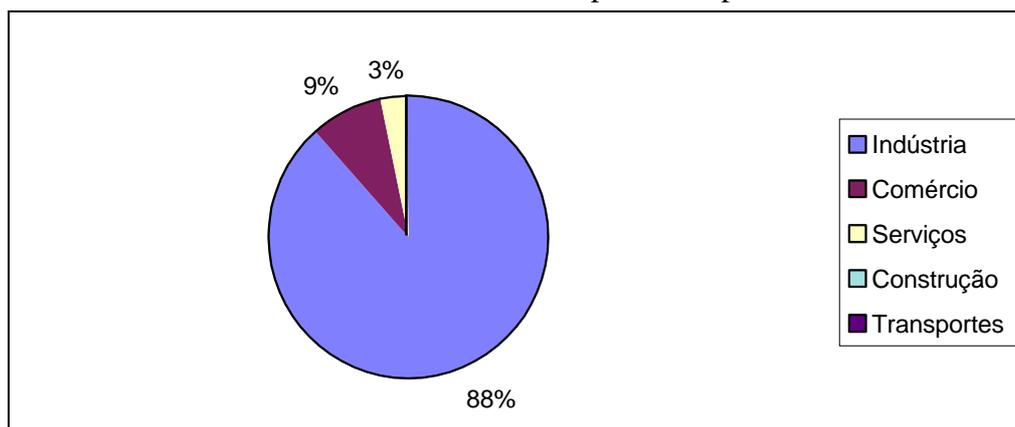
A relação fornecida pela secretaria compreendia um total de 53 pleitos, já transformados em processos. Algumas empresas listadas apresentavam mais de um pedido. De posse dessa listagem, montou-se a estratégia de coleta de dados.

**5.1.1 A Coleta das Informações** Em função da escassez de tempo para a aplicação do questionário, optou-se pelo sistema de mala direta. Foram enviados questionários para as 53 empresas contidas na listagem. As empresas, ao receberem os questionários, foram monitoradas pela equipe da pesquisa para que respondessem e devolvessem o questionário no menor tempo possível. A secretaria da equipe de pesquisadores recebeu 34 questionários, respondidos vinte dias após o envio, o que corresponde a 64%, aproximadamente, do universo das empresas consultadas.

**TABELA 7**  
Pernambuco  
Número de Empresas da Amostra Segundo as Classes de Atividades

| Classe de Atividade | Frequência Absoluta | Frequência (%) |
|---------------------|---------------------|----------------|
| Indústria           | 30                  | 88             |
| Comércio            | 3                   | 9              |
| Serviços            | 1                   | 3              |
| Construção          | 0                   | 0              |
| Transportes         | 0                   | 0              |
| <b>Total</b>        | <b>34</b>           | <b>100</b>     |

**GRÁFICO 2**  
Classe de Atividade Principal da Empresa

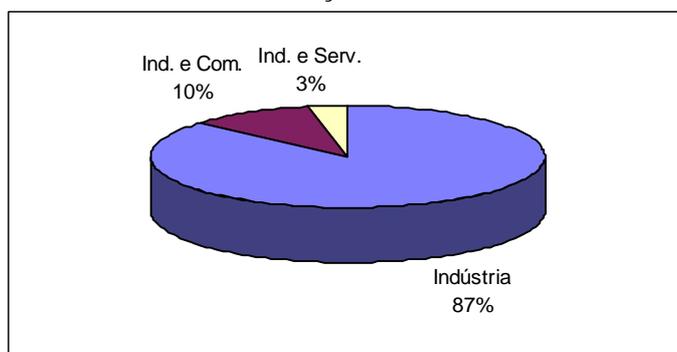


A tabela 7 mostra o total de empresas pesquisadas segundo as classes de atividades. Do grupo pesquisado, quatro empresas realizavam atividades comerciais, de serviços e de manufaturas. A seguir, agregou-se as empresas em grupos de atividades e chegou-se a um total de trinta, conforme dados da tabela 8.

**TABELA 8**  
Pernambuco  
Situação Atual das Empresas Pesquisadas

| Classe de Atividade | Frequência Absoluta | Frequência (%) |
|---------------------|---------------------|----------------|
| Indústria           | 26                  | 87             |
| Ind. e com.         | 3                   | 10             |
| Ind. e serv.        | 1                   | 3              |
| <b>Total</b>        | <b>30</b>           | <b>100</b>     |

**GRÁFICO 3**  
Situação Atual



Segundo a tabela 8, 87% das empresas pesquisadas estavam enquadradas na classe de indústrias. O percentual de empresas que realizavam atividades conjuntas — como indústria e comércio — representou 10% da amostra.

Esses dados indicam que a grande maioria das empresas que responderam ao questionário busca a especialização das funções e dedica-se integralmente às atividades mais significativas em termos de geração de receita.

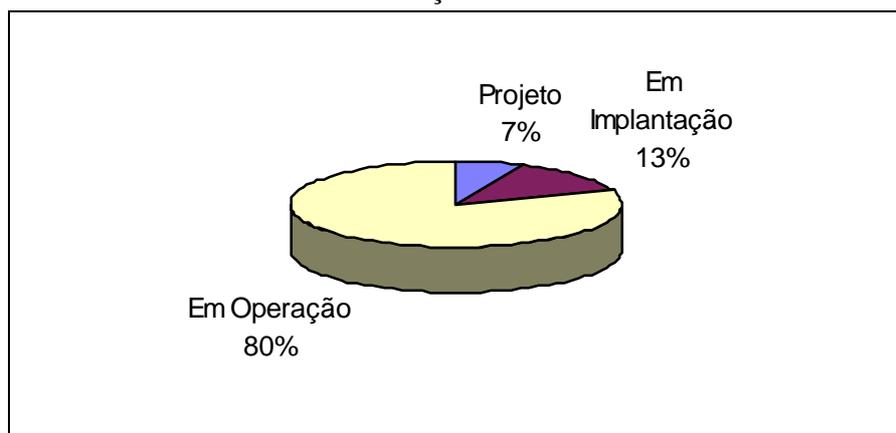
### 5.1.2 A Situação Operacional das Empresas Pesquisadas

A maioria das empresas que solicitaram incentivos fiscais ao governo estadual encontrava-se em fase de produção/ operação, o que corresponde a 80% da amostra. Em fase de implantação existiam somente 13%; e 7% estavam em fase de projeto, segundo a tabela 9.

**TABELA 9**  
Pernambuco  
Situação Atual das Empresas Pesquisadas

| Situação atual | Frequência Absoluta | Frequência (%) |
|----------------|---------------------|----------------|
| Projeto        | 2                   | 7              |
| Em implantação | 4                   | 13             |
| Em operação    | 24                  | 80             |
| <b>Total</b>   | <b>30</b>           | <b>100</b>     |

**GRÁFICO 4**  
Situação Atual



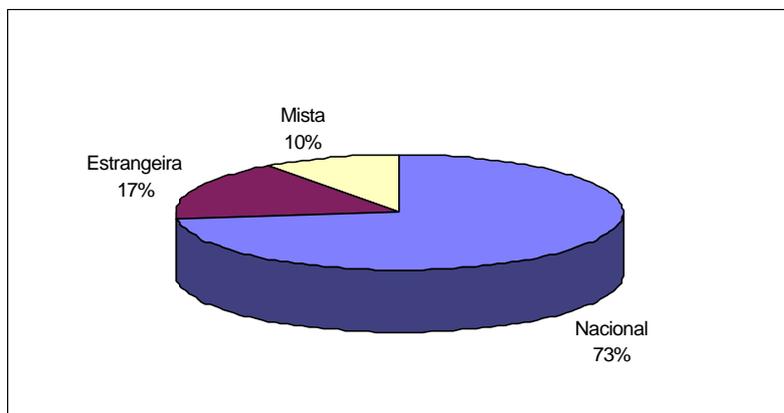
**5.1.3 A Origem do Capital** A tabela 10 apresenta os percentuais referentes à origem do capital das empresas pesquisadas. Constata-se que em 73% dos casos o capital é de origem nacional, enquanto a participação do capital estrangeiro alcançou um patamar de 17%.

O fenômeno inusitado é que as empresas de capital estrangeiro, mesmo com capital financeiro a custo reduzido, participam ativamente do programa de incentivos fiscais de Pernambuco.

**TABELA 10**  
Pernambuco  
Origem do Capital das Empresas Pesquisadas

| Origem do Capital | Nº Absoluto | (%)        |
|-------------------|-------------|------------|
| Nacional          | 22          | 73         |
| Estrangeira       | 5           | 17         |
| Mista             | 3           | 10         |
| <b>Total</b>      | <b>30</b>   | <b>100</b> |

**GRÁFICO 5**  
Origem do Capital



**5.1.4 Razões de Caráter Locacional Apresentadas pelas Empresas**

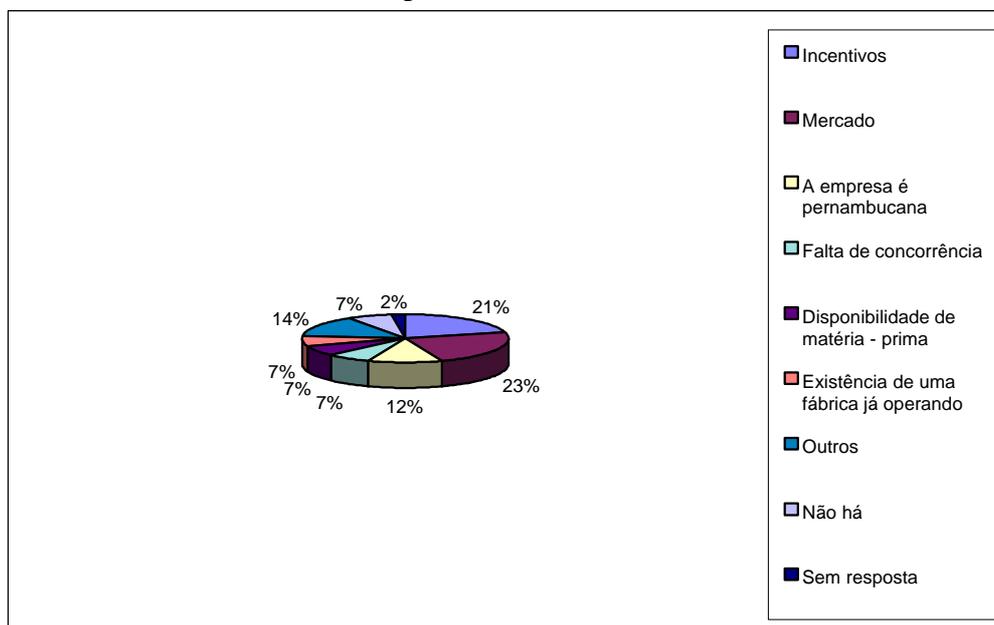
explicitadas nas tabelas 11 e 12.

As razões de caráter locacional apresentadas pelas empresas para investir em Pernambuco são o objetivo da pesquisa e encontram-se

**TABELA 11**  
Pernambuco  
Principais Razões de Caráter Locacional

| Aspectos de Caráter Locacional        | Frequência |            |
|---------------------------------------|------------|------------|
|                                       | Absoluta   | Percentual |
| Incentivos                            | 9          | 21         |
| Mercado                               | 10         | 23         |
| A empresa é pernambucana              | 5          | 12         |
| Falta de concorrência                 | 3          | 7          |
| Disponibilidade de matéria-prima      | 3          | 7          |
| Existência de uma fábrica já operando | 3          | 7          |
| Outros                                | 7          | 14         |
| Não há                                | 1          | 3          |
| Sem resposta                          | 3          | 7          |
| <b>Total</b>                          | <b>44</b>  | <b>100</b> |

GRÁFICO 6  
Aspectos Locacionais



Os empresários apresentaram como grande motivação para investir em Pernambuco o tamanho do mercado interno, como comprovam notícias publicadas nos jornais. Trata-se de fato novo, na medida em que se tem conhecimento, pelos inquéritos anteriores, que as empresas industriais instaladas no Nordeste sempre voltaram sua produção para o mercado extra-regional. É possível que, com a queda da inflação, as empresas tenham passado a olhar com maior atenção o comportamento do consumo das famílias de classes de renda baixa, localizadas, na sua grande maioria, nas cidades-pólo da região.

Os incentivos fiscais destacaram-se como segundo determinante locacional na decisão de investir em Pernambuco, com uma participação de 21% em relação ao total. É uma participação considerável e reflete, de um lado, os elevados custos fixos e variáveis dos empresários; e, de outro, o reduzido grau de competitividade da indústria instalada no Nordeste, que necessita de incentivos fiscais e creditícios para produzir bens e serviços para o mercado local e extra-regional.

A tabela 12 apresenta outra dimensão das motivações dos empresários para investir em Pernambuco. Procurou-se elencar as respostas dos empresários sobre as dez razões para investir, destacadas no questionário. Em uma dimensão ordinal, as respostas foram pontuadas segundo o grau de importância, do primeiro ao décimo lugar.

TABELA 12  
Pernambuco  
Principais Razões de Caráter Locacional em Escala Ordinal

| Razões | Ordem de Classificação |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |       |
|--------|------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
|        | 1                      | 2    | 3    | 4    | 5    | 6    | 7    | 8    | 9    | 10   | 11   | 12    |
| 1      | 33,3                   | 14,8 | 18,5 | 7,4  | 7,4  | 3,7  | 0,0  | 0,0  | 0,0  | 0,0  | 14,8 | 100,0 |
| 2      | 22,2                   | 11,1 | 18,5 | 7,4  | 0,0  | 0,0  | 3,7  | 0,0  | 0,0  | 0,0  | 37,0 | 100,0 |
| 3      | 0,0                    | 22,2 | 11,1 | 25,9 | 7,4  | 0,0  | 0,0  | 3,7  | 3,7  | 0,0  | 25,9 | 100,0 |
| 4      | 0,0                    | 3,7  | 0,0  | 3,7  | 3,7  | 7,4  | 3,7  | 11,1 | 14,8 | 3,7  | 48,1 | 100,0 |
| 5      | 0,0                    | 0,0  | 3,7  | 0,0  | 11,1 | 11,1 | 3,7  | 14,8 | 7,4  | 0,0  | 48,1 | 100,0 |
| 6      | 3,7                    | 0,0  | 0,0  | 0,0  | 3,7  | 0,0  | 3,7  | 0,0  | 14,8 | 25,9 | 48,1 | 100,0 |
| 7      | 7,4                    | 0,0  | 0,0  | 3,7  | 7,4  | 11,1 | 14,8 | 3,7  | 0,0  | 0,0  | 51,9 | 100,0 |
| 8      | 0,0                    | 7,4  | 7,4  | 7,4  | 11,1 | 14,8 | 7,4  | 3,7  | 0,0  | 3,7  | 37,0 | 100,0 |
| 9      | 25,9                   | 25,9 | 14,8 | 11,1 | 7,4  | 0,0  | 3,7  | 7,4  | 0,0  | 0,0  | 3,7  | 100,0 |
| 10     | 3,7                    | 11,1 | 11,1 | 7,4  | 3,7  | 3,7  | 3,7  | 7,4  | 7,4  | 7,4  | 33,3 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa direta. Razões: 1 - Incentivos Diversos; 2 - Disponibilidade de Matéria-Prima Local; 3 - Custo de Mão-de-Obra; 4 - Condições de Estabilidade Financeira do Estado; 5 - Expectativas Positivas quanto ao Cumprimento dos Acordos Oficiais; 6 - Proximidade do NAFTA e da União Européia; 7 - Perspectivas de Continuidade Administrativa; 8 - Infra-Estrutura Econômica; 9 - Mercado Regional; 10 - Mercado Nacional.

Analisando-se as frequências relativas referentes aos dez fatores para os índices constantes do primeiro lugar, verifica-se que três razões se destacam como fator de emulação dos empresários para investir em Pernambuco. Em primeiro lugar, o item *incentivos diversos*, com uma participação da ordem de 33,3%; em seguida, *mercado regional* e *disponibilidade de matéria-prima*, com 25,9% e 22,2%, respectivamente. Trata-se de uma participação significativa, *vis-à-vis* as outras motivações destacadas no questionário.

Ao agregar-se as frequências referentes ao primeiro e segundo lugares, constata-se que as razões destacadas anteriormente crescem ainda mais de importância no contexto da classificação ordinal. O item *incentivos fiscais* apresenta um índice da ordem de 48,1% do total das respostas; o item *sem respostas* teve 14,8% do total. Em relação à *disponibilidade de matéria-prima*, observa-se que a participação, em relação às duas primeiras ordens, alcança 33,3%, e tal item, somado ao dado *sem respostas*, alcança 70,3%. Finalmente, destaca-se o item *mercado regional* como a terceira razão mais importante para se investir em Pernambuco. Tal razão atingiu 51,9% de importância na classificação ordinal de um a dez.

Observa-se também que o dado *infra-estrutura econômica* não foi considerado importante para 37% das indústrias pesquisadas. Verifica-se ainda que as frequências para tal infra-estrutura se diluem entre os outros níveis da ordem da classificação.

### 5.1.5 Principais Obstáculos aos Investimentos em Pernambuco

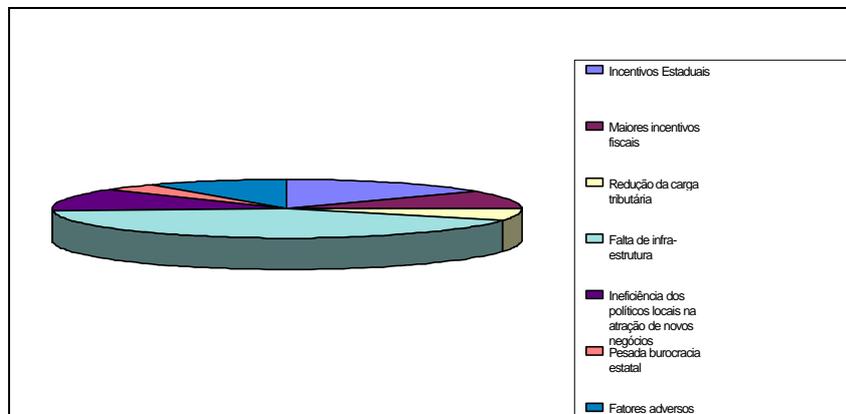
Como corolário da investigação sobre os principais determinantes locacionais de Pernambuco, procurou-se investigar também os principais obstáculos detectados pelos empreendedores locais e extra-regionais para investirem no estado.

A tabela 13 apresenta os resultados da investigação em relação aos obstáculos enfrentados pelos empresários.

TABELA 13  
Pernambuco  
Principais Obstáculos aos Investimentos no Estado

| Principais Obstáculos Existentes no Estado                     | Frequência | Frequência |
|--|------------|------------|
|  | Absoluta   | Percentual |
| Falta de incentivos estaduais                                  | 11         | 15         |
| Maiores incentivos fiscais                                     | 7          | 10         |
| Redução da carga tributária                                    | 5          | 7          |
| Falta de infra-estrutura                                       | 31         | 42         |
| Ineficiência dos políticos locais na atração de novos negócios | 9          | 12         |
| Pesada burocracia estatal                                      | 3          | 4          |
| Outros fatores adversos  | 7          | 10         |
| <b>Total</b>   | <b>73</b>  | <b>100</b> |

GRÁFICO 7  
Principais Incentivos que Faltam ao Estado



A falta de infra-estrutura, com 42% em relação ao total, aparece na pesquisa como principal obstáculo aos investimentos em Pernambuco. Trata-se de um índice elevado e preocupante, porém coerente com as respostas da seção anterior, que destacavam os incentivos fiscais como o segundo fator locacional determinante dos investimentos. Os dados sugerem que a grande escassez de infra-estrutura econômica no estado (ou na região) reflete-se nos custos fixos e variáveis das empresas. Isso torna a região Nordeste não competitiva na produção de um leque va-

riado de bens e serviços. Para viabilizar os investimentos no estado e elevar o grau de competitividade torna-se necessário, então, aumentar o volume de incentivos fiscais.

Algumas sugestões relacionadas à infra-estrutura econômica esclareceram o porquê das dificuldades apresentadas pelos empresários.

Em relação à infra-estrutura portuária, elemento-chave em um processo de demarcação do crescimento, pode-se afirmar que Pernambuco encontra-se bem servido. Dispõe de dois portos marítimos que servem aos navios de cabotagem e de longo curso: o porto de Recife, localizado na capital e o porto de Suape, no litoral do município do Cabo, próximo à região metropolitana de Recife. Suape dispõe de excelente infra-estrutura e apresenta crescente movimentação de cargas. Poderá, com investimentos adicionais, tornar-se o principal entreposto comercial do Nordeste. O ponto fundamental a ser destacado é que a demanda de um porto é do tipo derivada, isto é, ele existe para movimentar a produção de uma determinada área geográfica. Se não existe produção, então o porto em si será uma peça de ficção.

Os dados relativos ao movimento de carga e descarga, apresentados nas tabelas 14 e 15, indicam crescimento considerável da carga embarcada e da desembarcada, com um aumento da participação sobre o total movimentado no Nordeste. No contexto da carga embarcada, observa-se que a participação de Pernambuco é modesta, quando comparada à dimensão do produto bruto estadual. Tal fenômeno é mascarado em função da elevada participação do porto de Itaqui, no Maranhão, de propriedade da CVRD, que movimenta 70% da carga transportada no Nordeste — fundamentalmente de minério de ferro. Quando se isola o movimento do Maranhão, constata-se que a participação do volume de mercadorias embarcadas pelos portos de Pernambuco, em relação ao total do Nordeste, alcança o patamar de 10%, aproximadamente.

No contexto da infra-estrutura portuária de Pernambuco, pode-se afirmar que não existem estrangulamentos que possam obstaculizar ou travar o crescimento econômico estadual. Acredita-se até que os dois portos operem com alguma capacidade ociosa.

TABELA 14  
Transporte Marítimo  
Nordeste e Pernambuco  
Mercadorias Embarcadas e Desembarcadas em Longo Curso e Cabotagem

| Transporte Marítimo            | Anos       |            |            |            |
|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|
|                                | 1992       | 1993       | 1994       | 1995       |
| <i>Mercadoria embarcada</i>    |            |            |            |            |
| Pernambuco                     | 1 154 196  | 1 130 659  | 1 437 685  | 2 331 238  |
| Nordeste                       | 51 823 280 | 54 413 667 | 57 965 186 | 66 944 825 |
| <i>Mercadoria desembarcada</i> |            |            |            |            |
| Pernambuco                     | 2 342 671  | 3 279 376  | 3 422 597  | 3 937 864  |
| Nordeste                       | 18 711 866 | 20 729 169 | 21 555 542 | 23 431 332 |

Fontes: Companhias de Administração dos Portos dos Estados; SUDENE/DPO/Contas Regionais.

Obs: O ano de 1994 contém somente dados do terminal marítimo da PETROBRÁS; Em 1995, entrou em operação o terminal marítimo Inácio Barbosa (CVRD).

**TABELA 15**  
**Transporte Marítimo**  
**Nordeste e Pernambuco**  
**Mercadorias Embarcadas e Desembarcadas em Longo Curso e Cabotagem**  
**Participação Relativa**

| Transporte Marítimo            | Anos   |        |        |        |
|--------------------------------|--------|--------|--------|--------|
|                                | 1992   | 1993   | 1994   | 1995   |
| <i>Mercadoria embarcada</i>    |        |        |        |        |
| Pernambuco                     | 2,23   | 2,08   | 2,48   | 3,48   |
| Nordeste                       | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| <i>Mercadoria desembarcada</i> |        |        |        |        |
| Pernambuco                     | 12,52  | 15,82  | 15,88  | 16,81  |
| Nordeste                       | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fontes: Companhias de Administração dos Portos dos Estados; SUDENE/DPO/Contas Regionais.

Obs: O ano de 1994 informa somente o terminal marítimo da PETROBRÁS; em 1995, entrou em operação o terminal marítimo Inácio Barbosa (CVRD).

Em relação à infra-estrutura aeroportuária, pode-se afirmar que a situação de Pernambuco não é desconfortável. As tabelas 16 a 19 apresentam os quantitativos referentes ao movimento de passageiros e cargas nos aeroportos de Pernambuco. O estado conta com dois aeroportos de grande movimento: o dos Guararapes, na cidade do Recife, e o de Petrolina, no interior.

Quanto ao movimento de passageiros (1992/1995) — embarcados e desembarcados — observa-se tendência crescente, em valores absolutos, com pequena queda em termos relativos. Estudos recentes indicam que o fluxo de passageiros e cargas deverá aumentar, e haverá necessidade de ampliar a extensão da pista e melhorar o terminal de cargas.

Quanto ao movimento de cargas, constata-se desempenho positivo, apesar de reduzido declínio na participação relativa da carga embarcada (comparada ao total do Nordeste), e aumento na participação da cargas desembarcada em relação à região.

As evidências apresentadas pelos órgãos que gerenciam esses equipamentos indicam que existe amplo potencial de crescimento na movimentação de volumes e que o seu desenvolvimento dependerá da dinâmica da economia local.

**TABELA 16**  
**Transporte Aéreo**  
**Nordeste e Pernambuco**  
**Embarque e Desembarque em Vôos Domésticos e Internacionais**

|                                  | Anos      |           |           |           |
|----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|                                  | 1992      | 1993      | 1994      | 1995      |
| <b>Vôos Domésticos</b>           |           |           |           |           |
| <i>Passageiros desembarcados</i> |           |           |           |           |
| Pernambuco                       | 604 843   | 593 292   | 622 253   | 710 665   |
| Nordeste                         | 2 401 245 | 2 477 981 | 2 646 293 | 3 074 305 |
| <i>Passageiros embarcados</i>    |           |           |           |           |
| Pernambuco                       | 472 871   | 486 141   | 520 645   | 621 927   |
| Nordeste                         | 2 360 371 | 2 416 080 | 2 568 982 | 3 007 549 |
| <b>Vôos internacionais</b>       |           |           |           |           |
| <i>Passageiros desembarcados</i> |           |           |           |           |
| Pernambuco                       | 76 000    | 82 661    | 85 468    | 72 692    |
| Nordeste                         | 128 494   | 173 732   | 202 822   | 159 608   |
| <i>Passageiros embarcados</i>    |           |           |           |           |
| Pernambuco                       | 66 182    | 74 187    | 90 423    | 78 845    |
| Nordeste                         | 122 778   | 170 328   | 200 102   | 171 272   |

Fontes: INFRAERO; SUDENE/DPO/Contas Regionais.

**TABELA 17**  
**Transporte Aéreo**  
**Nordeste e Pernambuco**  
**Embarque e Desembarque em Vôos Domésticos e Internacionais**  
**Participação Relativa**

|                                  | Anos   |        |        |        |
|----------------------------------|--------|--------|--------|--------|
|                                  | 1992   | 1993   | 1994   | 1995   |
| <b>Vôos Domésticos</b>           |        |        |        |        |
| <i>Passageiros desembarcados</i> |        |        |        |        |
| Pernambuco                       | 25,19  | 23,94  | 23,51  | 23,12  |
| Nordeste                         | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| <i>Passageiros embarcados</i>    |        |        |        |        |
| Pernambuco                       | 20,03  | 20,12  | 20,27  | 20,68  |
| Nordeste                         | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| <b>Vôos Internacionais</b>       |        |        |        |        |
| <i>Passageiros desembarcados</i> |        |        |        |        |
| Pernambuco                       | 59,15  | 47,58  | 42,14  | 45,54  |
| Nordeste                         | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| <i>Passageiros embarcados</i>    |        |        |        |        |
| Pernambuco                       | 53,90  | 43,56  | 45,19  | 46,03  |
| Nordeste                         | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: INFRAERO; SUDENE/DPO/Contas Regionais. Elaboração dos autores.

**TABELA 18**  
**Transporte Aéreo**  
**Nordeste e Pernambuco**  
**Cargas e Correio Embarcados em Vôos Domésticos e Internacionais**

| Cargas e Correio     | Anos       |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|
|                      | 1992       | 1993       | 1994       | 1995       |
| <i>Embarcados</i>    |            |            |            |            |
| Pernambuco           | 12 497 289 | 12 862 418 | 15 669 454 | 17 401 293 |
| Nordeste             | 37 895 288 | 43 398 963 | 51 173 980 | 54 934 458 |
| <i>Desembarcados</i> |            |            |            |            |
| Pernambuco           | 15 838 717 | 18 122 579 | 21 725 340 | 26 942 167 |
| Nordeste             | 49 969 931 | 57 820 051 | 71 062 966 | 82 611 079 |

Fonte: INFRAERO; SUDENE/DPO/Contas Regionais.

**TABELA 19**  
**Transporte Aéreo**  
**Nordeste e Pernambuco**  
**Cargas e Correio Embarcados em Vôos Domésticos e Internacionais**  
**Participação Relativa**

| Carga e Correio      | Anos   |        |        |        |
|----------------------|--------|--------|--------|--------|
|                      | 1992   | 1993   | 1994   | 1995   |
| <i>Embarcados</i>    |        |        |        |        |
| Pernambuco           | 32,98  | 29,64  | 30,62  | 31,68  |
| Nordeste             | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| <i>Desembarcados</i> |        |        |        |        |
| Pernambuco           | 31,70  | 31,34  | 30,57  | 32,61  |
| Nordeste             | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: INFRAERO; SUDENE/DPO/Contas Regionais. Elaboração dos autores.

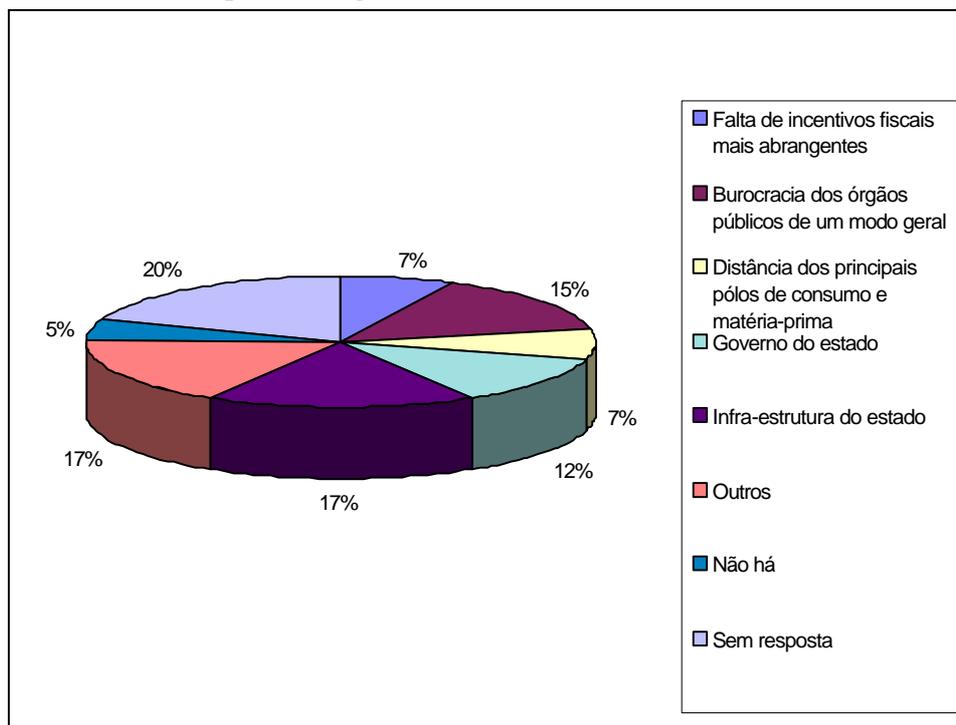
Como segundo determinante foram destacados os incentivos estaduais, especialmente aqueles voltados para a infra-estrutura, como terrenos para a implantação dos empreendimentos.

A tabela 20 descreve aspectos negativos do estado de Pernambuco apresentados pelos empresários entrevistados.

**TABELA 20**  
**Pernambuco**  
**Principais Aspectos Negativos Destacados pelos Empresários Entrevistados**

| Aspectos Negativos do Estado de Pernambuco                | Frequência | Frequência  |
|---|------------|-------------|
|   | Absoluta   | Percentual  |
| Falta de incentivos fiscais mais abrangentes              | 3          | 7%          |
| Burocracia dos órgãos públicos de um modo geral           | 6          | 15%         |
| Distância dos principais pólos de consumo e matéria-prima | 3          | 7%          |
| Governo do estado   | 5          | 12%         |
| Infra-estrutura do estado                                 | 7          | 17%         |
| Outros  | 7          | 17%         |
| Não há  | 2          | 5%          |
| Sem resposta  | 8          | 20%         |
| <b>Total</b>  | <b>41</b>  | <b>100%</b> |

GRÁFICO 8  
Aspectos Negativos do Estado de Pernambuco



A falta de infra-estrutura apresenta uma participação da ordem de 17%, seguida das estradas vicinais, com 16%; doação de terrenos e áreas prontas, com 16%; e, por último, água, esgoto e energia elétrica, com 10%.

Trata-se de obstáculos que só serão removidos a longo prazo, em função da carência de recursos do governo estadual para realizar investimentos em infra-estrutura econômica. Contudo, essa carência têm sido aplacada com transferências do governo federal.

As tabelas 21 e 22 apresentam informações sobre recursos aportados pela União, oriundos do orçamento federal, para investimentos em infra-estrutura econômica e social para Pernambuco no período janeiro/julho de 1997.

**TABELA 21**  
**Pernambuco**  
**Transferências Negociadas — Execução Direta do Estado**  
**Acumulado Jan. a Jul./97**

|                              | Recursos (R\$ 1,00) |                   |                   | % do Liquidado<br>s/Autorizado |
|------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|--------------------------------|
|                              | Dotação Inicial     | Empenhado         | Liquidado         |                                |
| Energia nuclear              | 1 500 000           |                   |                   |                                |
| PRONAF                       | 1 082 109           |                   |                   |                                |
| Construção de presídios      | 6 836 000           | 5 500 434         |                   |                                |
| Previdência e assist. social | 1 942 400           | 238 621           | 126 715           | 6,52                           |
| Construção de hospitais      | 4 400 000           |                   |                   |                                |
| SUS                          | 1 108 264           |                   |                   |                                |
| Sangue (hemope)              | 700 000             |                   |                   |                                |
| Porto de Suape               | 48 800 000          | 39 064 000        | 11 900 000        | 24,39                          |
| BR—423 / PE                  | 75 000              |                   |                   |                                |
| Eletrificação rural e água   | 17 669 894          | 2 477 030         | 1 267 030         | 7,17                           |
| Saneamento (água e esgoto)   | 23 545 854          |                   |                   |                                |
| <b>Total geral</b>           | <b>107 659 521</b>  | <b>47 280 085</b> | <b>13 293 745</b> | <b>12,35</b>                   |

**TABELA 22**  
**Pernambuco**  
**Transferências Negociadas — Execução Direta da União**  
**Acumulado Jan. a Jul./97**

|                           | Recursos (R\$ 1,00) |                   |                   | % do Liquidado<br>s/Autorizado |
|---------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|--------------------------------|
|                           | Dotação Inicial     | Empenhado         | Liquidado         |                                |
| Energia nuclear           | 452 000             | 67 937            | 52 856            | 11,69                          |
| Água e esgoto             | 7 695 000           | 244 685           | 179 538           | 2,33                           |
| Estradas — pav. e rest.   | 103 632 175         | 11 627 530        | 4 152 516         | 4,01                           |
| Irrigação e rec. hídricos | 60 585 689          | 45 620 845        | 27 445 974        | 45,30                          |
| Infra-estrutura hídrica   | 104 650             |                   |                   |                                |
| Política fundiária        | 2 421 143           | 41 475            |                   |                                |
| <b>Total</b>              | <b>174 890 657</b>  | <b>57 602 472</b> | <b>31 830 884</b> | <b>18,20</b>                   |

Observa-se que o volume de recursos transferidos pelo governo é bastante significativo. Evidentemente, o efeito multiplicador dos investimentos federais no estado será considerável em função de suas especificidades. Os recursos federais são, segundo as informações contidas nas tabelas 21 e 22, coerentes com as demandas dos empreendedores que realizam investimentos em Pernambuco.

Em relação aos recursos para investimento gerenciados diretamente pelo governo estadual, destacam-se: i) investimentos no porto de Suape, os quais permitirão a abertura do arrecife e construção do píer interno para atracação de navios de menor calado e a dragagem da área onde será construído o píer. Será um investi-

mento fundamental, pois permitirá a conclusão definitiva do porto; ii) investimentos em eletrificação rural e recursos hídricos em cidades de médio e pequeno porte das áreas agrestinas e sertanejas, onde se desenvolvem atividades agrícolas irrigadas; e iii) investimentos em atividades de saneamento (água e esgoto) na região metropolitana de Recife, com expansão da rede de água potável e saneamento básico.

Os investimentos com recursos do orçamento federal, de execução direta pela União, concentram-se, fundamentalmente, no setor de transportes rodoviários e nas atividades de irrigação e recursos hídricos. No primeiro caso, os investimentos estão sendo canalizados para a duplicação da BR—101, no trecho Recife-Cabo, com um total de 20 quilômetros — obra muito importante, pois representa a porta de entrada do estado para mercadorias que vêm e que são remetidas para o sul do Brasil. Além desse aspecto, a duplicação da estrada vai provocar um *boom* das atividades turísticas no litoral sul de Pernambuco, onde ficam as praias de maior beleza natural, como Suape, Porto de Galinhas, Calhetas, Paiva, Gaibu, Tamandaré, e que contam com grandes empreendimentos turísticos como o Hotel Caesar Park, por exemplo. Essa obra do governo federal vai viabilizar o projeto do PRODETUR, em Pernambuco, com recursos do Banco Mundial.

Outro projeto de grande expressão para a economia pernambucana com recursos do governo federal é o relativo às atividades de irrigação e recursos hídricos, com a construção de grandes barragens para represamento de água para consumo humano nas áreas densamente povoadas do Agreste de Pernambuco.

Observa-se, assim, que o governo federal tem procurado minimizar os estrangulamentos no segmento de infra-estrutura econômica do estado, ao alocar recursos em setores estratégicos para o seu crescimento.

**5.1.6 Regiões que Competem com o Estado de Pernambuco** As decisões de caráter locacional apresentadas pelos empresários para investir em Pernambuco foram explicitadas em seção anterior. Ficou claro que algumas dificuldades apresentadas pelos empreendedores entrevistados, como incentivos fiscais e mercados, são comuns aos principais estados do Nordeste.

Procurou-se, na oportunidade, investigar as regiões do Nordeste que competem com Pernambuco, apresentadas na tabela 23.

O Ceará apresentou-se, nessa corrida pelo desenvolvimento, como o principal concorrente, com participação de 48%, seguido pela Paraíba, com 12%.

Observa-se que as respostas dos empresários são coerentes com os determinantes locais destacados em itens anteriores, conforme demonstram os dados da tabela 24, que apresenta os principais atrativos identificados no Ceará para justificar os investimentos naquele estado como alternativa a Pernambuco.

---

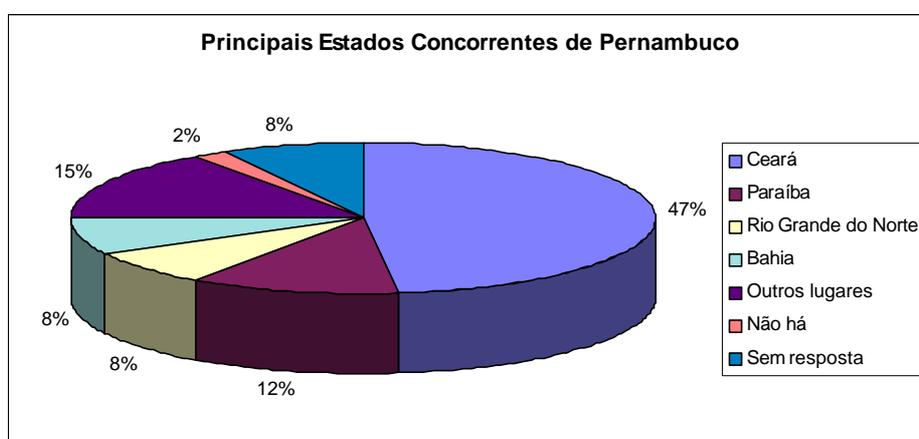
TABELA 23  
Pernambuco

## Principais Estados Concorrentes de Pernambuco Destacados pelos Empresários

| Outros Estados Atrativos  | Frequência Absoluta | Frequência Percentual |
|---|---------------------|-----------------------|
| Ceará   | 25                  | 48                    |
| Paraíba   | 6                   | 12                    |
| Rio Grande do Norte   | 4                   | 8                     |
| Bahia (incentivos fiscais, crescimento econômico e pólo petroquímico) | 4                   | 8                     |
| Outros lugares  | 8                   | 15                    |
| Não há  | 1                   | 2                     |
| Sem resposta  | 4                   | 8                     |
| <b>Total</b>  | <b>52</b>           | <b>100</b>            |

GRÁFICO 9

## Principais Estados Concorrentes de Pernambuco



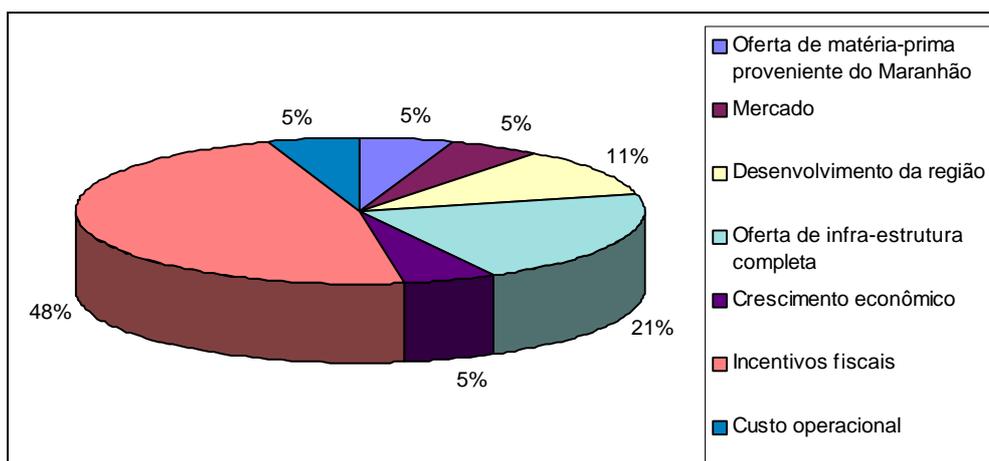
O maior percentual de respostas referiu-se aos incentivos fiscais, com uma participação da ordem de 47%. Esse é um dado surpreendente, na medida em que se considera que o governo de Pernambuco apresenta tratamento fiscal semelhante ao implementado pelo governo do Ceará. É evidente que existem outras motivações de caráter não econômico implícitas nessa resposta, as quais não foram captadas pela pesquisa, como, por exemplo, o empenho do governo cearense em promover o crescimento, e as relações de caráter genealógico, institucional e classista do administrador do estado com a classe empresarial.

A oferta de infra-estrutura apresenta-se como a segunda motivação mais importante para se trocar Pernambuco pelo Ceará, com uma participação da ordem de 21%. Trata-se de um aspecto intrigante, pois sabe-se que a infra-estrutura econômica de Pernambuco é superior à do Ceará. Pernambuco conta com dois portos bem localizados e dotados de boa infra-estrutura; um aeroporto internacional que ocupa o quarto lugar no plano nacional (carga e passageiros), além de oferecer boas estradas pavimentadas.

TABELA 24  
Pernambuco  
Principais Atrativos do Estado do Ceará

| Aspectos Atrativos do Ceará                     | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---|---------------------|---------------------|
| Oferta de matéria-prima proveniente do Maranhão | 1                   | 5                   |
| Mercado   | 1                   | 5                   |
| Desenvolvimento da região                       | 2                   | 11                  |
| Oferta de infra-estrutura completa              | 4                   | 21                  |
| Crescimento econômico                           | 1                   | 5                   |
| Incentivos fiscais                              | 9                   | 47                  |
| Custo operacional                               | 1                   | 5                   |
| <b>Total</b>                                    | <b>19</b>           | <b>100</b>          |

GRÁFICO 10  
Aspectos Atrativos do Estado do Ceará



## 5.2 Conclusão

Em resumo, a pesquisa sobre os determinantes locais dos investimentos privados em Pernambuco identificou um aspecto extremamente relevante: o setor público estadual continua e continuará a ter presença definitiva no processo de crescimento econômico do estado. Ficou claro também que, sem melhoria da infra-estrutura econômica, sem uma política de incentivos fiscais criativa, e sem uma sinalização clara da administração pública estadual, na pessoa de seu governador, será impossível desenvolver o crescimento sustentado do estado.

## 6 ALGUMAS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS E DE INFRA-ESTRUTURA

Neste capítulo são apresentados alguns indicadores de caráter demográfico e social do estado de Pernambuco, para fornecer subsídios à elaboração de políticas públicas e eliminar entraves ao crescimento econômico do estado.

As correntes paradigmáticas da ciência regional apresentam enfoques diferentes sobre o papel dessas variáveis no processo de crescimento econômico regional.

Para uma dessas correntes, a maior ou menor disponibilidade de fatores produtivos de uma região constitui-se no elemento-chave do processo de crescimento econômico. Nesse contexto, aumentaria a importância da disponibilidade da força de trabalho qualificada — investimento em capital humano — e da oferta de recursos naturais.

Para outra corrente, as variáveis do lado da oferta têm pequeno papel no crescimento, devido ao fato de as regiões se apresentarem como economias abertas, sem que existam, portanto, barreiras à livre mobilidade dos fatores produtivos, como trabalho e capital. Segundo essa corrente, variáveis da demanda exercem papel mais expressivo no processo de crescimento, com destaque para variáveis como investimentos privado e público e demanda extra-regional.

Parte-se, assim, do pressuposto de que variáveis da oferta e da demanda agregadas desempenham papel relevante no processo de crescimento econômico de uma determinada região.

**6.1 Os Níveis de Escolaridade**      Nesse item analisa-se a evolução do padrão de escolaridade da população de Pernambuco com idade acima de cinco anos, no período 1990/1995, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). As tabelas 25 e 26 apresentam os indicadores de instrução para Pernambuco.

---

**TABELA 25**  
**Pernambuco**  
**Pessoas de Cinco Anos ou Mais Com Indicação de**  
**Alfabetização e Taxa de Crescimento**  
**1990 e 1995**

|                  | 1990             |              | 1995             |              | Taxa de Crescimento |
|------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|---------------------|
|                  | N <sup>o</sup>   | %            | N <sup>o</sup>   | %            | % a.a.              |
| <b>Total</b>     | <b>6 516 283</b> | <b>100,0</b> | <b>6 648 198</b> | <b>100,0</b> | <b>0,40</b>         |
| Alfabetizada     | 4 018 189        | 61,7         | 4 418 957        | 66,5         | 1,92                |
| Não alfabetizada | 2 498 094        | 38,3         | 2 229 241        | 33,5         | -2,25               |

Fonte: IBGE/ PNAD (1990 e 1995).

**TABELA 26**  
**Pernambuco**  
**Estudantes de Cinco Anos ou Mais Segundo o Grau e a Série que Frequentam**  
**1990 e 1995**

|                     | 1990             |              | 1995             |              | Taxa de Crescimento |
|---------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|---------------------|
|                     | N <sup>o</sup>   | %            | N <sup>o</sup>   | %            | % a.a.              |
| <b>Total</b>        | <b>1 969 289</b> | <b>100,0</b> | <b>2 119 967</b> | <b>100,0</b> | <b>1,49</b>         |
| Pré-escolar         | 199 545          | 10,1         | 246 705          | 11,6         | 4,33                |
| 1 <sup>o</sup> grau | 1 539 825        | 78,2         | 1 610 930        | 76,0         | 0,91                |
| 2 <sup>o</sup> grau | 165 490          | 8,4          | 195 322          | 9,2          | 3,37                |
| Superior            | 64 429           | 3,3          | 67 010           | 3,2          | 0,79                |

Fonte: IBGE — PNAD (1990 e 1995).

O crescimento da população com cinco anos ou mais, no período considerado, foi da ordem de 0,4% — muito baixo para os padrões nordestinos. Uma provável explicação para tão baixo coeficiente pode estar associada aos movimentos migratórios que afetam diretamente a população nessa faixa etária. Observa-se que aumentou a participação da população alfabetizada no total da população acima de cinco anos, embora o número de analfabetos ainda seja bastante significativo. O importante é que a dinâmica das duas populações — alfabetizada e não alfabetizada — apresenta tendências divergentes, o que configura uma perspectiva positiva para o estado de Pernambuco. A população alfabetizada cresceu à taxa de 1,92% no período, enquanto a não alfabetizada caiu para 2,25%, muito acima da alfabetizada.

Pela tabela 26 nota-se que, do total de pessoas de cinco anos ou mais matriculadas que frequentam escolas, há maior concentração de estudantes no primeiro grau. Entre 1990 e 1995, no entanto, a participação dos estudantes de primeiro grau apresentou decréscimo modesto em favor dos estudantes de segundo grau. A participação dos estudantes universitários apresentou declínio quase imperceptível

entre 1990 e 1995, o que reflete um quadro não muito saudável em relação ao comportamento da oferta de mão-de-obra qualificada formada no estado.

A formação de mão-de-obra qualificada é realizada basicamente nas escolas técnicas federais, que apresentam reduzido número de vagas em relação à demanda, e nas universidades públicas e privadas. Na medida em que a oferta de força de trabalho com nível universitário é reduzida e apresenta taxas modestas de crescimento, a tendência é haver redução, em termos relativos, na qualidade da força de trabalho, com impacto negativo sobre o nível de produtividade da economia.

## 6.2 O Comportamento da População Economicamente Ativa

A tabela 27 apresenta o comportamento da população economicamente ativa de 1990 e 1995.

No intervalo de cinco anos, a taxa de crescimento de 2,66% da PEA é bastante elevada. Isso mostra a necessidade de esforço significativo dos agentes públicos e privados para criar novas oportunidades de emprego para quem ingressa no mercado de trabalho. Somente com mais recursos para investimentos será possível criar novos postos que permitam absorver milhares de pessoas no mercado de trabalho.

TABELA 27  
Pernambuco  
População de Dez Anos ou Mais por Condição de Atividade  
1990 e 1995

|              | 1990             |              | 1995             |              | Taxa de Crescimento |
|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|---------------------|
|              | Nº               | %            | Nº               | %            | % a.a.              |
| <b>Total</b> | <b>5 566 448</b> | <b>100,0</b> | <b>5 738 177</b> | <b>100,0</b> | <b>0,61</b>         |
| PEA          | 2 930 657        | 52,6         | 3 341 157        | 58,2         | 2,66                |
| Outros       | 2 635 791        | 47,4         | 2 397 020        | 41,8         | -1,88               |

Fonte: IBGE — PNAD (1990 e 1995).

## 6.3 Características dos Domicílios das Famílias Pernambucanas

Nesta seção são apresentadas algumas considerações sobre características de habitabilidade dos domicílios particulares permanentes das famílias pernambucanas, e uma avaliação do padrão de evolução desses indicadores no período 1990/1995.

A tabela 28 apresenta as principais características dos domicílios particulares permanentes de Pernambuco.

**TABELA 28**  
**Pernambuco**  
**Domicílios Particulares Permanentes e Algumas Características**  
**1990 a 1995**

|                | 1990                   |              | 1995                   |              | Taxa de Crescimento |
|----------------|------------------------|--------------|------------------------|--------------|---------------------|
|                | N <sup>o</sup> Pessoas | %            | N <sup>o</sup> Pessoas | %            | % a.a.              |
| <b>Total</b>   | <b>1 670 274</b>       | <b>100,0</b> | <b>1 767 950</b>       | <b>100,0</b> | <b>1,14</b>         |
| Abast. d'água  |                        |              |                        |              |                     |
| Com canaliz.   | 1 113 966              | 66,7         | 1 136 342              | 64,3         | 0,40                |
| Sem canaliz.   | 556 308                | 33,3         | 631 608                | 35,7         | 2,57                |
| Coleta de lixo |                        |              |                        |              |                     |
| Coletado       | 903 499                | 54,1         | 1 059 621              | 59,9         | 3,24                |
| Não coletado   | 766 775                | 45,9         | 708 329                | 40,1         | -1,57               |
| Ilum. elétrica |                        |              |                        |              |                     |
| Tem            | 1 380 538              | 82,7         | 1 572 962              | 89,0         | 2,64                |
| Não Tem        | 289 736                | 17,3         | 194 988                | 11,0         | -7,62               |

Fonte: IBGE/ PNAD (1990 e 1995).

Após análise da oferta de serviços de água encanada disponível aos habitantes do estado, tanto no segmento rural quanto no urbano, constata-se alguns aspectos preocupantes de condições de vida. Entre 1990 e 1995 houve incremento da ordem de 1,14% no número de domicílios, e modesto crescimento no número de domicílios com água canalizada. Como conseqüência, aumentou o número de domicílios sem água tratada e encanada. Esse dado reflete, sem dúvida, a falência dos investimentos do estado em uma área importante da saúde pública. Há consenso sobre a existência de correlação fortemente positiva entre a qualidade da água ofertada à população e a redução do índice de doenças gastrointestinais, especialmente na população infantil.

O aumento do número de domicílios com água não tratada torna a população mais vulnerável a maior quantidade de doenças. Conseqüentemente, registra-se queda significativa nos índices de produtividade do sistema econômico.

As atividades ligadas à indústria do turismo também são afetadas pela escassez de água tratada: hotéis, bares, lanchonetes e restaurantes são grandes consumidores de água tratada, e a ausência do produto em uma determinada região afeta o nível de estabilidade da atividade, além de projetar uma péssima imagem do turismo local.

Em relação à coleta de lixo, observa-se que houve incremento, embora discreto, do número de domicílios com coleta sistematizada e realizada em bases profissionais. Embora tenha ocorrido ampliação do índice de domicílios que recebem os serviços de coleta sistematizada, não se pode afirmar que tenha ocorrido um pro-

cesso de melhora significativa nas condições de salubridade das áreas urbanas. Existem evidências de que o lixo coletado é encaminhado para grandes lixões a céu aberto, sem tratamento sistematizado e sem aproveitamento dos subprodutos. Esse problema se torna mais grave nas regiões urbanas cortadas por córregos, que ficam expostos à poluição pelo despejo de dejetos e prejudicam os aquíferos de onde se extrai água (poços tubulares) para consumo humano.

A energia elétrica constitui o serviço de utilidade pública de maior alcance no tecido populacional do estado de Pernambuco, embora ainda exista um número significativo de domicílios que não dispõe desse serviço, apesar do esforço do governo em tentar ampliar a oferta do produto.

O percentual de famílias sem energia elétrica, que era de 17,3% em 1990, decresceu para 11,0% em 1995. Embora tenha sido uma queda expressiva, tal quantitativo apresenta-se extremamente suspeito do ponto de vista social, uma vez que um número considerável de pernambucanos — um milhão aproximadamente — ainda não tem acesso a serviço tão essencial para o desenvolvimento econômico dos indivíduos.

## 7 CONCLUSÕES

1. No período 1985/1995, o produto interno bruto do estado de Pernambuco cresceu abaixo da média da região Nordeste e do Brasil. Observa-se ainda que o índice de instabilidade do PIB estadual para o período é muito superior ao do Nordeste e do Brasil. Isso indica que a intensidade das flutuações do PIB foi bem mais intensa do que no nível regional e nacional. Essa maior instabilidade sugere a existência de forças de origem local que afetam a dinâmica do crescimento do produto estadual de maneira mais intensa do que nas outras duas regiões.

2. Analisando-se o comportamento do produto estadual bruto segundo os grandes setores da economia, constata-se que o segmento industrial foi o grande responsável pela sua fraca *performance* no período 1985/1995. O setor industrial apresentou taxas negativas de crescimento, enquanto os setores agropecuário e serviços apresentaram taxas positivas, embora baixas.

3. As evidências acerca das finanças públicas do estado de Pernambuco indicaram um quadro desconfortável. O índice investimento/despesas orçamentárias mostra trajetória claramente decrescente e alcança o seu patamar mais baixo em 1995. Da combinação desse indicador com outros apresentados no capítulo 2, constata-se a quase total incapacidade do governo estadual em promover, com recursos próprios, um processo de alavancagem do crescimento auto-sustentado do estado.

4. Os recursos para investimento privado, oriundos dos órgãos de fomento como BNDES, FINOR/SUDENE e FNE/BNB, apresentaram, ao longo do período

---

1990/1996, crescimento instável. Representam recursos importantes no processo de crescimento econômico do estado. O número de projetos em implantação e em execução, com recursos do 34/18 e FINOR/Debêntures, segundo informações do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, é bastante significativo e diversificado subsetorialmente, mas isso não quer dizer que todos os projetos estarão totalmente implantados até o ano 2000. Veja-se que a média das liberações do FINOR para Pernambuco, nos anos de 1995 e 1996, girou em torno de US\$ 76 milhões. Admitindo-se que a contrapartida dos capitalistas seja em igual montante, ter-se-ia um total de US\$ 152 milhões ao ano de investimento. Dividindo-se US\$ 1,5565 bilhão (constantes da tabela 5) por US\$ 152 milhões, chega-se a um total de dez anos para se implantar os 48 projetos listados pelo MICT. Na hipótese otimista de que todos os investimentos listados recebam recursos do BNDES, então os empreendimentos estarão concluídos em um prazo máximo de cinco anos. Somando-se US\$ 152 milhões com US\$ 142 milhões têm-se US\$ 294 milhões, ou, aproximadamente, US\$ 300 milhões, que, divididos por US\$ 1, 5565 bilhão daria, exatamente, cinco anos.

5. A pesquisa realizada junto aos empresários que encaminharam pleitos ao governo do estado, pelo PRODEPE, indica que os mercados regional e estadual e o sistema de incentivos fiscais constituíram-se nos principais determinantes locais para se realizar investimentos em Pernambuco.

Na oportunidade, procurou-se investigar também os principais obstáculos, segundo a opinião dos empresários, para esses investimentos. A escassez de infraestrutura, com uma frequência relativa da ordem de 43% sobre o total das respostas, foi considerado como o principal obstáculo para realizar investimentos produtivos no estado.

Trata-se de aspecto extremamente significativo para se entender o atual comportamento da dinâmica econômica de Pernambuco. Em capítulo à parte mostrou-se que o governo estadual não dispõe, no presente momento, do volume de recursos próprios para realizar investimentos em infraestrutura, o que fatalmente prejudicaria o processo de crescimento da economia estadual. Esse aspecto está sendo minimizado graças ao aporte de recursos originários do orçamento federal, para investimentos em infraestrutura de transportes, recursos hídricos (saneamento urbano e irrigação) e meio ambiente.

6. O inquérito realizado junto aos empresários identificou o estado do Ceará como o principal concorrente de Pernambuco na decisão alocativa dos investimentos.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BNDES. *Relatórios anuais*. Anos 1995 e 1996.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Balanços estaduais*. 1996.
- KALDOR, N. *The Essential Kaldor*. New York: Holmes & Meier Publishers, Inc. Editado por TARGETTI, F. e THIRLWALL, A. P., 1989.
- MAIA GOMES, G. e VERGOLINO, José. *A macroeconomia do desenvolvimento do Nordeste*.— Brasília: IPEA, mai. 1995. (Texto para Discussão, n.372)
- OLIVEIRA E SILVA, Antônio Braz *et alii*. *Produto interno bruto por unidade da Federação*.— Rio de Janeiro: IPEA, mai. 1996. (Texto para Discussão, n.424)
- PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento. *Programa de Desenvolvimento de Pernambuco — PRODEPE*. 1996.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: 1990/1995.— Rio de Janeiro: IBGE.
- SUDENE. *Boletim Conjuntural*. Nordeste do Brasil, Recife, ago. 1996.
- VASCONCELOS, José Romeu. *As agências federais de crédito e as prioridades do governo central*.— Brasília: IPEA, jan. 1997. (Texto para Discussão, n.458).
-